

Termo de Referência 52/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
52/2025	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	ITACIR CASARIN CAMELATTO	25/07/2025 11:59 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	77/2025	23205.011464/2025-15

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23205.011464/2025-15)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenções "preventivas e corretivas" e adequações nas redes elétrica e lógica, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas, no Campus de Realeza e Laranjeiras do Sul da Universidade Federal da Fronteira Sul, **Pregão Eletrônico Nº 90009/2025**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO SIPAC	DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ANUAL ESTIMADO	VALOR PARA 5 ANOS ESTIMADO
CAMPUS REALEZA	3916001000077	CAMPUS REALEZA – SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMAS ELÉTRICOS E DE TELECOMUNICAÇÕES	Mão de obra especializada, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas para realização de adequações e manutenções preventiva e corretiva de sistemas elétricos e de telecomunicações. CATMAT/CATSER:5606	SERVIÇO	5	R\$ 115.310,78	R\$ 576.553,90
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL	3916001000076	CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL – SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMAS ELÉTRICOS E DE TELECOMUNICAÇÕES	Mão de obra especializada, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas para realização de adequações e manutenções preventiva e corretiva de sistemas elétricos e de telecomunicações. CATMAT/CATSER:5606	SERVIÇO	5	R\$ 80.109,54	R\$ 400.547,70
TOTAL						R\$ 195.420,32	R\$ 977.101,60

- 1.1.1. A composição dos itens é evidenciada nos anexos VI, VII, VIII, IX e X deste Termo de Referência.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme Art. 6º, inciso XXI, alínea "a" da Lei 14.133/2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os serviços demandam uma prestação contínua ao longo do tempo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando que ao estabelecer um contrato de longo prazo, pode-se reduzir os custos administrativos associados à renegociação e recontração periódica.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. De acordo com as orientações constantes no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição de outubro/2024**, recomendamos que tratada a contratada, **no que couber**, boas práticas de sustentabilidade quando da execução dos serviços contratados, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto nos artigos 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.1.2. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

- Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;
- Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.2. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, e alterações, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.2.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

4.2.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.2.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

4.2.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.3. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.3.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

4.3.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

4.3.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

4.3.4. A Lei nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII, determina que no planejamento das contratações, entre os elementos previstos no Estudo Técnico Preliminar, deve haver a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos e no art. 45, III, estabelece que as obras e serviços de engenharia devem respeitar normas relativas à utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais. Sendo assim, quando for o caso, obrigatório da especificação técnica do objeto que o produto ofertado pelos licitantes possua ENCE da(s) classe(s) de maior eficiência.

4.4. Quanto aos materiais usados na execução dos serviços, orienta-se a contratada a considerar o ciclo de vida dos mesmos, optando sempre que possível por bens duráveis, reutilizáveis e com características não agressivas ao meio ambiente.

4.5. Recomenda-se ainda, como medida de boa prática que a empresa, periodicamente oriente/capacite seus servidores quanto a práticas de segurança e controle de riscos no desenvolvimento de suas atividades, bem como, quanto a boas práticas quanto ao uso de energia elétrica, água e redução da geração de resíduos.

4.6. As medidas supracitadas não exauzem as possibilidades de adoção de boas práticas de sustentabilidade que podem ser adotadas pela contratada.

4.7. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

#### **Subcontratação**

4.8. É permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 40% do valor do contrato, tendo em vista que as empresas participantes poderão não oferecer todos os serviços necessários, podendo em alguns casos ter que subcontratar empresas especializadas para suporte.

Serão permitidas subcontratações de:

- reparos em equipamentos eletromecânicos e eletrônicos, por exemplo transformadores, motores, bombas, multimedidores de energia, relés de proteção, centrais, luminárias;
- serviços acessórios à execução do contrato, por exemplo metalurgia, carpintaria, pintura, topografia;
- montagem de quadros elétricos;
- maquinário;
- serviços em sistemas de geração de energia elétrica;
- serviços em sistema hidráulico pressurizado contra incêndio;
- serviços em sistemas de telecomunicações.

4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **Garantia da contratação**

4.13. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.



4.13.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.14. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.14.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.14.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.14.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.14.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.15. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.16. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.17. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.18. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.18.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.19. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.19.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.19.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.19.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.20. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.21. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.22. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.23. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.24. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.24.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.24.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.25. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.25.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.25.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.26. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.26.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.26.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.26.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.27. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.28. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.29. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência

#### **Vistoria**

4.30. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, **acompanhado por servidor designado** para esse fim. O agendamento da vistoria deverá ser realizado através dos telefones ou e-mails abaixo, conforme o local:

#### **Campus Realeza**

Nome: Rony Ristow

Fone: (46) 3543-8324

E-mail: rony.ristow@uffs.edu.br

#### **Campus Laranjeiras do Sul**

Nome: Bruno Cezar Monich Freitas

Fone: (42) 3635-0011

E-mail: bruno.freitas@uffs.edu.br

4.31. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.32. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.33. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (anexo V).

4.34. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: data da assinatura do contrato;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Campus Realeza: Rodovia PR 182, km 466, CEP 85770-000

Campus Laranjeiras do Sul: Rodovia BR 158, km 405, CEP 85319-899

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

preferencialmente entre as 08:00 e as 12:00 horas e entre as 13:30 e as 17:30 horas de segunda a sexta-feira. Os horários, a critério da UFFS, podem ser alterados (noturnos ou dias não úteis) caso a prestação dos serviços possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento das atividades da instituição.

### Prestação dos serviços

5.4. Os serviços devem ser prestados a partir de uma vistoria de levantamento de demandas, onde a equipe de trabalho inicial é composta de um fiscal do contrato e um preposto da Contratada.

5.5. Os serviços poderão ser caracterizados como **serviços planejados ou emergenciais**. Serão emergenciais quando fique configurado risco para usuários e para o patrimônio da instituição ou que impossibilite o desenvolvimento normal das atividades da instituição. A Contratada deverá iniciar os serviços dos chamados de emergência no prazo de **4 (quatro) horas**, contadas a partir do contato da Contratante.

5.5.1. Todo **serviço planejado** deve obedecer às etapas a seguir:

ETAPA 1 – Relatório: O fiscal técnico deverá elaborar um **relatório de vistoria (anexo XI)** onde conste a descrição das demandas, seus locais e fotos, bem como outros documentos que o fiscal entender necessários.

ETAPA 2 – Planilha estimativa: O fiscal técnico deverá elaborar **planilha estimativa de medição (anexo XII)** corresponde às demandas elencadas no relatório.

ETAPA 3 – Cronograma: O fiscal técnico deverá elaborar um **cronograma (anexo XIII)** dos serviços elencados no relatório, de preferência, em conjunto com a empresa contratada.

ETAPA 4 – De acordo da empresa contratada: O fiscal técnico deverá enviar para os e-mails do gestor do contrato e o indicado pela empresa contratada o relatório de vistoria, a planilha estimativa de medição e o cronograma, solicitando o de acordo da empresa nestes documentos.

ETAPA 5 – Análise do gestor e autorização: Após o aceite da empresa contratada, o gestor do contrato, caso de acordo com as demandas e documentação, enviará para os e-mails do fiscal técnico e o indicado pela empresa a autorização para execução das demandas.

ETAPA 6 – Execução: A execução das demandas deve ser previamente agendada com o fiscal técnico para que o mesmo possa acompanhá-la e também organizar a liberação dos espaços onde os trabalhos serão realizados. O fiscal técnico acompanhará a execução das demandas e deverá elaborar **relatório de medição (anexo XIV)**, bem como **planilha de medição (anexo XII)** com os serviços e materiais efetivamente executados e aplicados. Demandas posteriores, que não tenham relação direta com as demandas elencadas no **relatório de vistoria**, podem ser pagas na mesma medição. Para isto, deverão ter suas execuções aprovadas pelo gestor do contrato.

ETAPA 7 – Pagamento: Após a execução das demandas, a fiscalização técnica deverá encaminhar **relatório e planilha de medição** à fiscalização administrativa/setorial. A fiscalização administrativa/setorial também deverá elaborar **relatório circunstanciado (anexo XV)** acerca da situação contratual e habilitação da contratada para dar base à autorização, por parte do gestor, da emissão da Nota Fiscal. Lista de documentação para pagamento: 1. Relatório e planilha de medição da fiscalização técnica; 2. Relatório circunstanciado da fiscalização setorial; 3. Certidões negativas da empresa ou certidão do SICAF emitida por servidor público da UFFS; 4. Nota fiscal atestada pelo gestor.

5.5.2. Tendo em vista o caráter emergencial, os **serviços emergenciais** deverão atender apenas às etapas 6 e 7 descritas para os serviços planejados.

5.5.3. Atendendo ao manual de compras e a legislação que a precede, as atividades citadas em cada etapa não serão realizadas pelo mesmo servidor para efetivar a segregação de funções que visa atender ao princípio básico do controle interno, especialmente em funções ou atividades-chave de: autorização, assessoria, execução, atesto/aprovação, registro e revisão ou auditoria. Por exemplo neste contrato, a elaboração de orçamento versus aprovação e empenho de valores; a elaboração de relatórios circunstanciados e de fiscalização versus encaminhamento de notas para pagamento.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

5.6.1. Os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios utilizados deverão ser adequados, necessários e suficientes à boa execução dos serviços sob a responsabilidade da Contratada, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e de danos que possam ocasionar à UFFS ou a terceiros;

5.6.2. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como estar em conformidade com as determinações das normas técnicas brasileiras, sendo executados por técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda, utilizando sinalização de advertência para o equipamento/local em manutenção e utilização de equipamentos e ferramentas apropriadas, visando maior segurança aos envolvidos e maior vida útil dos equipamentos.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1. Os quantitativos e valores foram estimados pelos requisitantes dos serviços através do histórico de ocorrências dos contratos anteriores;

5.7.2. A empresa vencedora do certame deverá ter ciência de que a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência se dará na medida exata em que surgirem as demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS;

5.7.3. Os interessados deverão observar que o Critério de julgamento da proposta é o maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços;

5.7.4 Para a elaboração da proposta os interessados deverão observar todo o contido neste Termo de Referência, bem como nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

5.7.5 Os serviços objeto deste processo licitatório deverão ser realizados sob responsabilidade de profissional com habilitação para o objeto pretendido, conforme indicado pelo requisitante no item 8 deste Termo de Referência.

**Especificação da garantia do serviço** (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será no mínimo igual à menor garantia do material, da peça ou do insumo aplicado em determinado serviço, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da emissão da nota fiscal referente àquele serviço. Se os materiais fornecidos forem de qualidade inferior ou inadequados, o custo de substituição pode ser significativo. Uma garantia maior serve como uma medida de segurança contra esses custos adicionais. Quando a contratada é responsável tanto pelo serviço quanto pelo fornecimento dos materiais, ela tem uma responsabilidade integrada pelo resultado final. Uma garantia maior reforça essa responsabilidade, assegurando que o fornecedor seja diligente em ambas as frentes.

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a prestação dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ( Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII)

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

6.21. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.22. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.23. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.24. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.25. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.26. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.27. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.28. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.28.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.28.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Eficiência na comunicação;

7.3.2. Dimensionamento de equipe e materiais;

7.3.3. Cumprimento do cronograma;

7.3.4. Qualidade do serviço executado;

7.3.5. Observância das normas de segurança no trabalho e uso correto dos EPI's.

### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados (anexos XIV e XV), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado da finalização dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado (anexo III), obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

### **Liquidação**

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.13.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Cessão de crédito**

7.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.28.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.29. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.33. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

**Reajuste**

7.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.34.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI 05/2025 PR, não desonerado.

7.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.37.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

### Orientação para elaboração das planilhas estimativa de medição

7.42. Na elaboração de composições de serviços, utilizar as composições já existentes na aba USUARIO\_ANALITICA da planilha estimativa dos profissionais Auxiliar de Eletricista, Eletricista, Eletrotécnico e Engenheiro Eletricista, do deslocamento e do veículo parado. Caso seja necessário, o fiscal poderá elaborar novas composições de outros profissionais.

7.43. Inicialmente deverão ser adotados os valores dos profissionais Auxiliar de Eletricista, Eletricista, Eletrotécnico e Engenheiro Eletricista da proposta da contrata. Anualmente, completado um interregno mínimo de 12 meses contados do mês de junho os valores dos insumos EE-I. 3551, 3552, 3553 e 3554 (profissionais Auxiliar de Eletricista, Eletricista, Eletrotécnico e Engenheiro Eletricista, respectivamente) serão reajustados com base no índice previsto em contrato.

7.44. Demais insumos e composições, incluindo aí deslocamento e veículo parado, serão orçados, conforme art. 3º do Decreto nº 7983/2013, com base no SINAPI não desonerado do estado do Paraná, do mês mais recente disponível na data de suas solicitações. Ainda, conforme Decreto nº 7.983/2013, na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da administração pública federal poderão adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado. Os custos unitários de referência da administração pública poderão, somente em condições especiais justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, exceder os seus correspondentes do sistema de referência adotado na forma deste Decreto, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência.

7.45. Utilizando-se pesquisa de mercado, o preço unitário adotado será a mediana de no mínimo 3 valores obtidos na pesquisa de preços. Em se tratando de material adquirido diretamente do fabricante pode-se considerar unicamente o orçamento deste como fonte de preço.

7.46. O tempo máximo para o pagamento de deslocamento será de **três horas e vinte minutos por dia para Laranjeiras do Sul e duas horas e quinze minutos por dia para Realeza**. A fixação de um tempo máximo para o pagamento de deslocamento busca que a proposta vencedora da licitação de manutenção elétrica e de telecom seja a mais vantajosa para o bem comum, evitando que os valores pagos com deslocamentos supere o tempo de deslocamento até uma cidade em que se acredita haver empresa especializada na manutenção elétrica e de telecom.

7.47. Em deslocamentos planejados, o pagamento se dará pela estimativa de tempo de deslocamento efetuado pela empresa prestadora da manutenção desde sua sede até o local do serviço demandado (limitado ao tempo máximo acima). A estimativa de tempo será feita através do site Google Maps, aplicativo Waze ou similares. Orienta-se que o fiscal do contrato de manutenção organize os serviços a serem executados de forma que seja usufruído o máximo de tempo possível em cada dia que for feito deslocamento, otimizando os valores pagos neste item. Em caso de deslocamento de emergência, independentemente do tempo de deslocamento estimado, será pago o valor equivalente ao tempo máximo de deslocamento.

7.48. Na emissão de laudos técnicos, será pago o valor de 4 horas do profissional responsável pela emissão, além das horas demandas pelas aferições em campo.

7.49. Aos valores orçados será aplicado o percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA na licitação, seguido da aplicação de BDI.

### Metodologia de avaliação da execução dos serviços

7.50. A Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme Instrumento de medição de resultado (IMR), em consonância com as diretrizes da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 DA SECRETARIA DE GESTÃO do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

7.51. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, ser interpretadas como penalidades ou multas.

7.52. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado a cada chamado pelos fiscais do contrato, com base em pontuações atribuídas a cada critério.

7.53. Serão cinco critérios a serem avaliados, cada um com seu respectivo peso no computo geral, formando a pontuação que se enquadrará em uma das faixas de pontuação:

<b>Critério avaliado</b>	<b>Peso da avaliação</b>	<b>Pontuação máxima</b>
Eficiência na comunicação	1	4
Dimensionamento de equipe e materiais	2	8
Cumprimento do cronograma	2	8
Qualidade do serviço executado	3	12
Observância das normas de segurança no trabalho e uso correto dos EPI's	3	12
<b>Total</b>		<b>44</b>

7.54. As adequações nos pagamentos (descontos) estarão limitadas às seguintes faixas de pontuação:

<b>Faixa de pontuação obtida</b>	<b>Percentual de desconto</b>
36 a 44	0,00%
28 a 35	1,00%
20 a 27	2,00%
12 a 19	5,00%

7.55. A pontuação máxima será de 44 (quarenta e quatro) pontos.

7.56. Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa não atingir 12 (doze) pontos.

7.57. Os primeiros dois chamados serão objeto apenas de notificação (não será aplicada adequação de pagamento), de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

7.58. A empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

7.59. A critério da Contratante, a Contratada poderá ser penalizada com a rescisão contratual em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto de 5% (cinco por cento) por mais de 3 (três) vezes durante a vigência deste contrato.

#### **Escopo das atividades**

7.60. As atividades descritas abaixo são meramente exemplificativas. Caberá ao fiscal técnico do contrato solicitar, levando em consideração as demandas existentes e instalações do respectivo Campus, a execução de serviços.

##### **7.60.1. POSTES DE DISTRIBUIÇÃO, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS**

7.61.1.1. Serviços conforme a norma ABNT NBR 14039:2021, como por exemplo: reparo, substituição e instalação de postes, acessórios e equipamentos como cruzetas, isoladores, cabos, muflas, chaves, elos fusíveis, para-raios, eletrodutos, etc, medição da resistência de aterramento dos para-raios e do condutor neutro, com emissão de laudo e ART.

##### **7.60.2. TRANSFORMADORES EXTERNOS**

7.60.2.1. Serviços conforme a norma ABNT NBR 14039:2021, como por exemplo: inspeções visuais e testes como termografia e análise do óleo, reparo, substituição e instalação de transformadores, medição da resistência de aterramento do neutro do transformador, com emissão de laudo e ART.

##### **7.60.3. ILUMINAÇÃO EXTERNA, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS**

7.60.3.1. Verificação do funcionamento de lâmpada, reator, fotocélula e timer e da fixação dos postes, dos braços de sustentação das luminárias e das luminárias, do aterramento das partes metálicas. Reparo, substituição e instalação de postes, acessórios e equipamentos como lâmpada, reator, fotocélula, braço de sustentação, luminária, cabos, cruzetas, isoladores, eletrodutos, limpeza das luminárias, etc.

##### **7.60.4. SUBESTAÇÕES ABRIGADAS**

7.60.4.1. Serviços conforme a norma ABNT NBR 14039:2021, como por exemplo: limpeza e higienização de subestação, reaperto de conexões e terminais, inspeção visual dos equipamentos e acessórios, verificação de validade de teste de acessórios como tapetes e luvas isolantes, teste de termografia, reparo, substituição, instalação e parametrização de componentes como transformador, disjuntor MT, relé, chave seccionadora, fusíveis, barramento, para-raio, mufla, isolador, transformador de

corrente e potencial, no break, envio para reteste de acessórios como tapetes e luvas isolantes. Medição da resistência da malha de aterramento da subestação, com emissão de laudo e ART.

#### 7.60.5. ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO E ALARME PATRIMONIAL

7.60.5.1. Limpeza dos terminais das baterias. Testes, reparo, substituição e instalação dos equipamentos e programação do sistema. Emissões de laudos de funcionamento.

#### 7.60.6. CIRCUITOS DE TOMADA E ILUMINAÇÃO INTERNOS

7.60.6.1. Serviços diversos como substituição de lâmpadas, reatores, timer ou fotocélula, alteração de circuitos de comando de iluminação, instalação e adequação de tomadas, criação de novos circuitos.

#### 7.60.7. QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, DE CORREÇÃO DO FP E DE COMANDO DE MOTORES /SIMILARES

7.60.7.1. Verificação dos circuitos e diagramas unifilares afixados nos quadros. Limpeza, reaperto das conexões e inspeção visual do quadro e do estado dos componentes (disjuntores, relés, DPS, etc). Relocação de circuitos para balanceamento de carga entre as fases. Teste de funcionamento do banco automático de capacitores. Alterações nos quadros, como substituição da caixa, reorganização, troca de barramento, instalação e substituição de componentes e acessórios.

#### 7.60.8. SISTEMAS GRUPO GERADORES

7.60.8.1. Testes, reparo, substituição e instalação de grupo gerador com emissão de laudo e ART. Verificar filtro de ar, nível do combustível, do óleo lubrificante, do nível de água, colocar o gerador em funcionamento.

#### 7.60.9. MOTORES EXAUSTÃO, BOMBAS E OUTROS

7.60.9.1. Medições de corrente e análise de vibração e inspeção visual. Verificar funcionamento de bomba dosadora de cloro. Testes, reparo, substituição e instalação de motores e bombas.

#### 7.60.10. SPDA DE PRÉDIOS

7.60.10.1. Testes, reparo, substituição, instalação e medição de malha de aterramento e continuidade em edificações com emissão de laudo e ART.

#### 7.60.11. SISTEMA HIDRÁULICO PRESSURIZADO CONTRA INCÊNDIO

7.60.11.1. Testes, reparo, substituição e instalação de sistema de pressurização de água, com emissão de laudo e ART. Verificação e troca de dos componentes do sistema.

#### 7.60.12. SERVIÇOS EM SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES

7.60.12.1. Serviços diversos como instalação, conectorização e certificações de fibras ópticas e cabeamento estruturado.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**8.2.1. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**8.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**8.2.4. Multa:**

8.2.4.1 Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 8.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

8.2.4.5 Compensatória para infração descrita na alínea “b” do subitem 8.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

8.2.4.6 Compensatória em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d” do subitem 8.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

8.2.4.7 Compensatória para a infração descrita na alínea “a” do subitem 8.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços.

9.1.1. O Licitante, quando convocado, deverá cadastrar junto à Proposta de Preços, Termo de declarações complementares da contratação, conforme modelo anexo do Edital.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

### Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

**Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente Sociedade cooperativa arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.1. Na presente licitação, será exigida a comprovação de **patrimônio líquido mínimo**, no percentual de **(10) por cento** sobre o **valor total estimado da contratação**, caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com base na seguinte justificativa técnica: por recomendação da SUCL.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.26 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

#### **Qualificação Técnica**

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação (anexo V).

9.28.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (anexo V).

9.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT)), em plena validade. A obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66). A obrigatoriedade de registro no CRT é prevista em legislação específica (Lei Federal 13.639/18).

9.29.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços de manutenção ou execução de subestação abrigada de média tensão de 300kVA ou superior.

9.30.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.33. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.33.1 Para o Engenheiro e/ou o Eletrotécnico: serviços de manutenção ou execução de subestação abrigada de média tensão de 300kVA ou superior.

9.33.2 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.34. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.41. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.41.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.41.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.41.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.41.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.41.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.41.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.41.6.1. ata de fundação;

9.41.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.41.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.41.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.41.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.41.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;

9.41.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. Os valores de referência para aplicação do maior desconto correspondem a:

Campus Realeza – R\$ 576.553,90

Campus Laranjeiras do Sul – R\$ 400.547,70

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26440 - UFFS;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0040;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: MO002N0100N.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

### 1. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
2. Integram este Termo de Referência, para todos os efeitos, os seguintes anexos:

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

**13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

Não se aplica.

**14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Não se aplica.

**15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DAIANE REGINA VALENTINI**

Autoridade competente

**MATHEUS TODESCATT**

Membro da comissão de contratação

**ITACIR CASARIN CAMELATTO**

Membro da comissão de contratação

**BRUNO CEZAR MONICH FREITAS**

Membro da comissão de contratação

**ROBERTO ROSEIRA**

Membro da comissão de contratação

**RONY RISTOW**

Membro da comissão de contratação

**FABRICIO BALESTRIN**

Membro da comissão de contratação

**EDSON ANTONIO SANTOLIN**

Membro da comissão de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I ETP158517\_000011\_2025.pdf (182.26 KB)
- Anexo II - Anexo II MR158517\_000014\_2025.pdf (69.29 KB)
- Anexo III - Anexo III do TR - modelo de recebimento definitivo.pdf (111.28 KB)
- Anexo IV - Anexo IV do TR - IMR.pdf (23.26 KB)
- Anexo V - Anexo V do TR - Declaracao de conhecimento.pdf (98.18 KB)
- Anexo VI - Anexo VI do TR - Planilha orcamentaria estimativa RL e LS.pdf (84.9 KB)
- Anexo VII - Anexo VII do TR - Planilha analitaca RL e LS.pdf (145.9 KB)
- Anexo VIII - Anexo VIII do TR - Planilha insumos RL e LS.pdf (124.21 KB)
- Anexo IX - Anexo IX do TR - Planilha BDI de obra RL e LS.pdf (98.16 KB)
- Anexo X - Anexo X do TR - Planilha BDI de equipamentos (mero fornecimento ou diferenciado) RL e LS.pdf (98.35 KB)
- Anexo XI - Anexo XI do TR - modelo de relatorio de vistoria.pdf (115.23 KB)
- Anexo XII - Anexo XII do TR - modelo de planilha de medicao.pdf (138.36 KB)
- Anexo XIII - Anexo XIII do TR - modelo de cronograma.pdf (130.68 KB)
- Anexo XIV - Anexo XIV do TR - modelo de relatorio de medicao.pdf (113.12 KB)
- Anexo XV - Anexo XV do TR - modelo de relatorio circunstanciado F9733.pdf (244.21 KB)
- Anexo XVI - Anexo XVI do TR - justificativas tecnicas F0335.pdf (25.46 KB)
- Anexo XVII - Anexo XVII do TR - ART.pdf (142.75 KB)

# Estudo Técnico Preliminar 11/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23205011464/2025-15

## 2. Descrição da necessidade

Estudo técnico preliminar referente à contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenções e adequações nas redes elétrica e lógica, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas, nos Campi Realeza e Laranjeiras do Sul da Universidade Federal da Fronteira Sul.

A UFFS possui, por meio de contratos de terceirização de mão-de-obra, os postos de eletricitista predial, sendo que estes realizam as pequenas manutenções e adequações nos sistemas elétricos e lógicos. Todavia, faz-se necessária a contratação de serviços sob demanda que contemplem a realização de manutenções e adequações de maior vulto. Uma nova contratação deve-se pela não possibilidade de renovação contratual dos atuais contratos (nº 36/2020 e nº 37/2020) tendo em vista o atingimento do prazo máximo contratual de 5 anos, previstos na legislação anterior.

Situações emergenciais, que podem interromper o fornecimento de energia elétrica e de telecomunicações, levam a um comprometimento do funcionamento institucional.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Especial de Obras	Daiane Regina Valentini

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto da presente licitação é classificado Serviço Comum de Engenharia, considerando o artigo 6º, inciso XXI "a" da Lei n. 14.133, de 2021 as definições de Serviço Comum de Engenharia são: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

O prazo de vigência inicial do contrato é de 5 anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, com base nos artigos 106, 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021;

O serviço é enquadrado como continuado e sem mão de obra exclusiva tendo em vista que os serviços demandam uma prestação contínua ao longo do tempo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando que ao estabelecer um contrato de longo prazo, pode-se reduzir os custos administrativos associados à renegociação e recontração periódica.

Manifestação da equipe de planejamento quanto ao que indica a Lei nº 14.133/2021 – Terceirização na Administração Pública, em relação ao enquadramento ou não das atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade. A Equipe de planejamento considera que os serviços a serem contratados não se enquadram e nem possuem relação com as atividades da instituição. Não há relação direta no que diz respeito aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão, ou seja, a atividade fim da UFFS é ensino, pesquisa e extensão universitária. A atividade principal da UFFS, não tem relação direta com o pretensão serviço/solução a ser contratado. Não havendo relação aos assuntos que constituam área de competência legal deste órgão.

Declaramos que foi considerado a compatibilidade técnica, estética e/ou de desempenho com vistas a atender a necessidade da instituição.

O item demandado não possui artefatos de planejamento padronizado. Consultado o catálogo.

#### 4.1 - TRANSIÇÃO DE CONTRATO

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização de contrato.

#### 4.2 - VISTORIA

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim. O agendamento da vistoria deverá ser realizado através dos telefones ou e-mails abaixo:

##### **Campus Realeza**

Nome: Rony Ristow

Fone: (46) 3543-8324

E-mail: rony.ristow@uffs.edu.br ou assin.re@uffs.edu.br

##### **Campus Laranjeiras do Sul**

Nome: Bruno Cezar Monich Freitas

Fone: (42) 3635-0011

E-mail: bruno.freitas@uffs.edu.br ou assin.ls@uffs.edu.br

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 4.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

##### **Registro da empresa no conselho profissional**

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou ao CRT.

A obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66).

A obrigatoriedade de registro no CRT é prevista em legislação específica (Lei Federal 13.639/18).

##### **Capacidade técnico-operacional**

Comprovação da capacitação técnico-operacional para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, e/ou certidão(ões) emitida(s) pelo conselho profissional competente, em nome do licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

##### **Capacidade técnico-profissional**



Comprovação da capacitação técnico-profissional para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo conselho profissional competente, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante.

O(s) responsável(is) técnico(s) acima elencado(s) deverá(ão) pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; profissional que conste como responsável técnico no registro da licitante no conselho profissional competente; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

#### 4.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

As empresas deverão comprovar a Capacidade Financeira conforme estabelecido na lei de licitação, assim como atingir o índice mínimo da capacidade de contratação.

#### 4.5 - PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio. A experiência prática, alicerçada nas diversas manifestações da Corte de Contas - TCU, demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade.

#### 4.6 - NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

Os serviços de manutenções e os equipamentos/materiais que por ventura venham a ser fornecidos ou aplicados deverão, no que for cabível, obedecer aos seguintes **requisitos técnicos**, e demais legislações, resoluções técnicas ou normativas, que vierem a substituí-los ou complementá-los:

NORMA REGULAMENTADORA 10 – NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

NORMA REGULAMENTADORA 12 - NR 12 - Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;

NORMA REGULAMENTADORA 16 - NR 16 - Atividades e operações perigosas;

NORMA REGULAMENTADORA 20 – NR 20 - Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis;

ABNT NBR 5410:2004 Versão Corrigida:2008 – Instalações elétricas de baixa tensão;

ABNT NBR 5419:2015 Todas as partes - Proteção contra descargas atmosféricas;

ABNT NBR 5460:1992 - Sistemas elétricos de potência;

ABNT NBR 14039:2021 - Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV;

ABNT NBR 15688:2012 Versão Corrigida:2013 - Redes de distribuição aérea de energia elétrica com condutores nus;

ABNT NBR 15992:2011 Versão Corrigida:2013 - Redes de distribuição aérea de energia elétrica com cabos cobertos fixados em espaçadores para tensões até 36,2 kV;

ABNT NBR 5101:2018 - Iluminação pública — Procedimento;

ABNT NBR 16615:2018 - Redes de distribuição aérea de energia elétrica com cabos multiplexados autossustentados;

ABNT NBR 5356 Todas as partes - Transformadores de Potência;

ABNT NBR 5440:2014 Versão Corrigida:2014 - Transformadores para redes aéreas de distribuição — Requisitos;

ABNT NBR 6869:1989 - Líquidos isolantes elétricos - Determinação da rigidez dielétrica (eletrodos de disco);

ABNT NBR 7277:1988 - Transformadores e reatores - Determinação do nível de ruído;

ABNT NBR 13570:2021 - Instalações elétricas em locais de afluência de público — Requisitos específicos;

**ABNT NBR 14136:2012 Versão Corrigida 5:2021 - Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250 V em corrente alternada – Padronização;**

ABNT NBR 60898 Todas as partes – Disjuntores;

**ABNT NBR IEC 60947 Todas as partes – Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão;**

**ABNT NBR IEC 62271 Todas as partes - Manobra e comando de alta tensão;**

ABNT NBR ISO 8528 - Grupos geradores de corrente alternada, acionados por motores alternativos de combustão interna;

NBR 10272:2013 - Ensaio não destrutivo — Análise de vibrações — Medição e avaliação da severidade das vibrações mecânicas de máquinas elétricas rotativas.

**ABNT NBR 16869-2:2021 - Cabeamento estruturado**

**ABNT NBR 14565:2019 - Cabeamento estruturado para edifícios comerciais;**

**ABNT NBR 16521:2016 - Cabeamento estruturado industrial;**

**ABNT NBR 16429:2015 - Conectores de fibra óptica para montagem em campo – Especificação;**

**ABNT NBR 13486:1995 - Fibras ópticas – Terminologia;**

**ABNT NBR 13488:2013 - Fibra óptica tipo monomodo de dispersão normal — Especificação;**

**ABNT NBR 16028:2012 - Fibra óptica tipo monomodo com baixa sensibilidade a curvatura (BLI) — Especificação;**

Os serviços de manutenções e os equipamentos/materiais que por ventura venham a ser fornecidos ou aplicados deverão, no que for cabível, obedecer aos seguintes **critérios e práticas de sustentabilidade**, e demais legislações, resoluções técnicas ou normativas, que vierem a substituí-los ou complementá-los:

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Lei nº 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Decreto nº 10.936/2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU /AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

#### 4.7 - GARANTIAS

##### **Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois, conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão n. 3.126/2012 – Plenário).

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será no mínimo igual à menor garantia do material, da peça ou do insumo aplicado em determinado serviço, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da emissão da nota fiscal referente àquele serviço. Se os materiais fornecidos forem de qualidade inferior ou inadequados, o custo de substituição pode ser significativo. Uma garantia maior serve como uma medida de segurança contra esses custos adicionais. Quando a contratada é responsável tanto pelo serviço quanto pelo fornecimento dos materiais, ela tem uma responsabilidade integrada pelo resultado final. Uma garantia maior reforça essa responsabilidade, assegurando que o fornecedor seja diligente em ambas as frentes.

#### 4.8 - SUBCONTRATAÇÃO

Serão permitidas subcontratações de:

reparos em equipamentos eletromecânicos e eletrônicos, por exemplo transformadores, motores, bombas, multimedidores de energia, relés de proteção, centrais, luminárias;

serviços acessórios à execução do contrato, por exemplo metalurgia, carpintaria, pintura, topografia;

montagem de quadros elétricos;

maquinário;

serviços em sistemas de geração de energia elétrica;

serviços em sistema hidráulico pressurizado contra incêndio;

serviços em sistemas de telecomunicações.

#### 4.9 - Nº DE REGISTRO DO IMÓVEL ONDE SERÁ REALIZADA A OBRA/SERVIÇO

Campus Realeza - 13.569 e 26.426;

Campus Laranjeiras do Sul - 13.994, 15962 e 28.663.

## 5. Levantamento de Mercado

As possíveis soluções foram pesquisadas no modelo de licitação que vem sendo utilizado pela UFFS e foi elaborado a partir das necessidades institucionais. Este modelo de contratação, de serviços sob demanda, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas, é utilizado de forma similar, por exemplo, pelo Tribunal de Contas da União, com o contrato nº58 /2021. Atualmente, o mercado não dispõe de outras alternativas viáveis para a contratação que atendam as necessidades da instituição.

Justificativa técnica e econômica para a escolha da melhor solução foi de contratar serviços de manutenção sob demanda com fornecimento de materiais pode oferecer uma série de vantagens técnicas e econômicas, incluindo flexibilidade, redução de custos, acesso a especialistas, priorização da eficiência operacional e transferência de riscos.

Há restrição de fornecedores, porém essa limitação não decorre dos requisitos estabelecidos na licitação, e sim do fato de se tratar de serviços especializados, o que reduz naturalmente a quantidade de fornecedores disponíveis no mercado.

## 6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenções e adequações nas redes elétrica e lógica, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas, nos Campi Realeza e Laranjeiras do Sul da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Endereço dos locais de prestação dos serviços:

Campus Realeza: Rodovia PR 182 - Km 466, Avenida Edmundo Gaievski, 1000, CEP 85770-000;

Campus Laranjeiras do Sul: Rodovia BR 158 - Km 405, Caixa Postal-106, CEP 85319-899.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de **horas de cada profissional** são as mesmas adotadas nos contratos nº 36 e 37/2020, corrigidas pelo aumento de duração do contrato ora pretendido (de 12 meses para 60 meses)

Esta contratação trará como novidade o pagamento de adicionais de hora extra. Os trabalhos desenvolvidos fora do horário de trabalho regular da contratada serão remunerados com pagamentos de adicional de hora extra. Caso a hora extra se dê de segunda a sábado, os profissionais serão remunerados com adicional de 50%. Caso a hora extra se dê em domingos e feriados, os profissionais serão remunerados com adicional de 100%.

Foi estimado que 50% do total de horas previstas no contrato sejam executadas dentro do horário regular da contratada, 25% fora do horário regular da contratada (segunda a sábado) e 25% fora do horário regular da contratada (domingo e feriado).

Estimativas horas de cada profissional do Campus Realeza.

	36/2020		NOVO CONTRATO – 5 ANOS		
	TOTAL	ANUAL	5 ANOS	H. EXTRA	TOTAL
AUXILIAR	106	106	530	SEM H. EXTRA	265
				50,00%	132,5
				100,00%	132,5
ELETRICISTA	106	106	530	SEM H. EXTRA	265
				50,00%	132,5
				100,00%	132,5
ELETROTÉCNICO	40	40	200	SEM H. EXTRA	100
				50,00%	50
				100,00%	50
ENGENHEIRO	20	20	100	SEM H. EXTRA	50
				50,00%	25
				100,00%	25

Estimativas horas de cada profissional do Campus Laranjeiras do Sul.

	37/2020		NOVO CONTRATO – 5 ANOS		
	TOTAL	ANUAL	5 ANOS	H. EXTRA	TOTAL
AUXILIAR	80	80	400	SEM H. EXTRA 50,00% 100,00%	200 100 100
ELETRICISTA	80	80	400	SEM H. EXTRA 50,00% 100,00%	200 100 100
ELETROTÉCNICO	30	30	150	SEM H. EXTRA 50,00% 100,00%	75 37,5 37,5
ENGENHEIRO	15	15	75	SEM H. EXTRA 50,00% 100,00%	37,5 18,75 18,75

Estimativas mão de obra do Campus Realeza.

FONTE	CÓDIGO FONTE	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	COEFICIENTE
C. PRÓPRIA	EE-C.2067	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	265
C. PRÓPRIA	EE-C.3489	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%)	H	132,5
C. PRÓPRIA	EE-C.3498	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%)	H	132,5
C. PRÓPRIA	EE-C.2062	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	265
C. PRÓPRIA	EE-C.3488	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%)	H	132,5
C. PRÓPRIA	EE-C.3495	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%)	H	132,5
C. PRÓPRIA	EE-C.2064	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	100
C. PRÓPRIA	EE-C.3487	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%)	H	50
C. PRÓPRIA	EE-C.3496	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%)	H	50
C. PRÓPRIA	AL-C.2086	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	50
C. PRÓPRIA	EE-C.3488	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%)	H	25
C. PRÓPRIA	EE-C.3497	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%)	H	25

Estimativas mão de obra do Campus Laranjeiras do Sul.

FONTE	CÓDIGO FONTE	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	COEFICIENTE
C. PRÓPRIA	EE-C.2067	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	200
C. PRÓPRIA	EE-C.3489	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%)	H	100
C. PRÓPRIA	EE-C.3498	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%)	H	100
C. PRÓPRIA	EE-C.2062	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	200
C. PRÓPRIA	EE-C.3488	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%)	H	100
C. PRÓPRIA	EE-C.3495	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%)	H	100
C. PRÓPRIA	EE-C.2064	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	75
C. PRÓPRIA	EE-C.3487	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%)	H	37,5
C. PRÓPRIA	EE-C.3496	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%)	H	37,5
C. PRÓPRIA	AL-C.2086	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	37,5
C. PRÓPRIA	EE-C.3488	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%)	H	18,75
C. PRÓPRIA	EE-C.3497	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%)	H	18,75

A estimativa de **horas de deslocamento** são as mesmas adotadas nos contratos nº 36 e 37/2020, corrigidas pelo aumento de duração do contrato ora pretendido (de 12 meses para 60 meses)

Esta contratação trará como novidade o pagamento do tempo em que os veículos estiverem sem uso (**custo de hora improdutiva**). Estimado 4 horas para cada hora de deslocamento.

Estimativas horas de deslocamento para o Campus Realeza.

	36/2020		NOVO CONTRATO – 5 ANOS		
	TOTAL	ANUAL	5 ANOS	H. EXTRA	TOTAL
DESLOCAMENTO	48		240	-	240
CHI	-	48	960	-	960

Estimativas horas de deslocamento para o Campus Laranjeiras do Sul.

DESLOCAMENTO CHI	37/2020		NOVO CONTRATO – 5 ANOS		
	TOTAL	ANUAL	5 ANOS	H. EXTRA	TOTAL
	53,13	53,13	265,65	-	265,65
	-		1062,6	-	1062,6

Estimativas mobilização de equipe do Campus Realeza.

FONTE	CÓDIGO FONTE	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	COEFICIENTE
C. PRÓPRIA	DI-C.2846	DESLOCAMENTO	H	240
C. PRÓPRIA	DI-C.3485	VEÍCULO PARADO	H	960

Estimativas mobilização de equipe do Campus Laranjeiras do Sul.

FONTE	CÓDIGO FONTE	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	COEFICIENTE
C. PRÓPRIA	DI-C.2846	DESLOCAMENTO	H	265,65
C. PRÓPRIA	DI-C.3485	VEÍCULO PARADO	H	1062,6

As quantidades dos **materiais, equipamentos e outros serviços** são estimadas em valores, já que não temos como estimar quais serão contratados ao longo do contrato, e são agrupados em um conjunto.

Estimativas de materiais e serviços para os Campi de Realeza e Laranjeiras do Sul.

FONTE	CÓDIGO FONTE	DESCRIÇÃO COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE	COEFICIENTE
C. PRÓPRIA		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - INSTALADOS		CJ	
I. PRÓPRIO	EE-I.1022		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - INSTALADOS	CJ	1,000000
C. PRÓPRIA		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO		CJ	
I. PRÓPRIO	EE-I.1841		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO	CJ	1,000000
C. PRÓPRIA		TAXAS E OUTROS SERVIÇOS		CJ	
I. PRÓPRIO	EE-I.1855		GUINDASTE, FRETE, TAXA DE ART, TERCEIROS, ETC	CJ	1,000000

Os valores estimados para **materiais, equipamentos e outros serviços** foram encontrados através dos valores (sem desconto da empresa) adotados nos contratos nº 36 e 37/2020, corrigidos pelo **aumento de duração** do contrato ora pretendido (de 12 meses para 60 meses) e pelo **IPCA** acumulado (4,49%) entre os períodos da data do último reajuste dos contratos (maio/24) e fevereiro /25.

Estimativas de materiais equipamentos e outros serviços para o Campus de Realeza.

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EMPREGADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	36/2020		CORREÇÃO IPCA – MAI/24 A FEV/25		
	TOTAL	ANUAL	5 ANOS		TOTAL
	R\$ 23.802,43	R\$ 23.802,43	R\$ 119.012,15	R\$ 5.343,65	R\$ 124.355,80
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO	R\$ 8.803,64	R\$ 8.803,64	R\$ 44.018,20	R\$ 1.976,42	R\$ 45.994,62
SERVIÇOS	R\$ 13.368,48	R\$ 13.368,48	R\$ 66.842,40	R\$ 3.001,22	R\$ 69.843,62



Estimativas de materiais equipamentos e outros serviços para o Campus de Laranjeiras do Sul.

	37/2020		5 ANOS	CORREÇÃO IPCA – MAI/24 A FEV/25	TOTAL
	TOTAL	ANUAL			
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EMPREGADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	R\$ 17.933,34	R\$ 17.933,34	R\$ 89.666,70	R\$ 4.026,03	R\$ 93.692,73
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO	R\$ 6.521,21	R\$ 6.521,21	R\$ 32.606,05	R\$ 1.464,01	R\$ 34.070,06
SERVIÇOS	R\$ 10.189,39	R\$ 10.189,39	R\$ 50.946,95	R\$ 2.287,52	R\$ 53.234,47

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 910.052,72

Estimativa Campus Realeza – R\$ 507.851,49

Estimativa Campus Laranjeiras do Sul – R\$ 402.201,23

O valor total estimado para a contratação do objeto é de **R\$ 910.052,72 (novecentos e dez mil, cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos)**, conforme demonstrado nas planilhas orçamentárias elaboradas pela unidade técnica.

ITEM	CÓDIGO SIPAC	DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	ANUAL ESTIMADO	VALOR PARA 5 ANOS ESTIMADO
CAMPUS REALEZA	2916001000077	CAMPUS REALEZA – SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMAS ELÉTRICOS E DE TELECOMUNICAÇÕES	Mão de obra especializada, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas para realização de adequações e manutenções preventiva e corretiva de sistemas elétricos e de telecomunicações. CATMAT/CATSER-5606	SERVIÇO	5	R\$ 101.570,30	R\$ 507.851,49
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL	2916001000076	CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL – SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMAS ELÉTRICOS E DE TELECOMUNICAÇÕES	Mão de obra especializada, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas para realização de adequações e manutenções preventiva e corretiva de sistemas elétricos e de telecomunicações. CATMAT/CATSER-5606	SERVIÇO	5	R\$ 80.440,25	R\$ 402.201,23
TOTAL						R\$ 182.010,54	R\$ 910.052,72

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O não parcelamento para fornecimento de mão de obra, peças e materiais, está no fato de que as instalações elétrica e lógica precisam estar em perfeitas condições de funcionamento, causando desta forma uma espécie de “unidade no todo”, em que eventual falha no fornecimento de peças ou nos serviços de manutenção, poderá repercutir sobre o resultado final. O parcelamento do objeto neste caso foi descartado, por inviabilidade técnica, operacional e por medida de segurança jurídica, diante da unicidade do serviço, onde, por exemplo, a falta de peças e materiais impossibilitará a realização dos serviços de manutenção elétrica e lógica, que devem estar interligados.

Sob o enfoque administrativo e jurídico, a opção do parcelamento seria equivocada por demandar várias contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando em maior gasto financeiro, de tempo e pessoal envolvido, aumento de ocorrências passíveis de sanções contratuais, gerando incerteza na definição das responsabilidades, haja vista a multiplicidade de empresas prestadoras de serviço.

Em razão da interligação entre os serviços e o fornecimento de peças e materiais, existirá sempre a dependência de operação, ou seja, se um falhar repercutirá sobre o outro. Caso haja várias empresas CONTRATADAS (uma para cada tipo de serviço e outra para o fornecimento de peças e materiais), fica enorme a impossibilidade de determinar de quem é a responsabilidade, dificultando a adoção de providências cabíveis.

Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa para a Administração.

A necessidade de contratação de serviço e também do fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas deve-se pela unicidade do resultado final pois, por exemplo, a falta de peças e materiais impossibilitará a realização dos serviços de manutenção elétrica e lógica. Assim, é necessária contratação de serviço e também do fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes desta contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A **aquisição/contratação** pretendida está prevista no PAC-2025, cujos números de identificação dos itens constantes no Plano serão indicados nas Requisições de Compras a serem enviadas no SIPAC: Módulo Compras e está alinhada com o seguinte objetivo estratégico do Plano de Ação Institucional da UFFS:

Código do plano de ação: SEO002

Projeto de compras do PCA relativos à contratação: 77/2025

Objetivo da ação institucional: Desenvolvimento e implantação das manutenções (corretivas, preventivas e preditivas) prediais e de infraestrutura para todos os campi

A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se, com a presente aquisição/contratação, obter-se:

1. Flexibilidade na contratação dos serviços que efetivamente serão necessários para a adequação e manutenção das estruturas elétricas e lógicas da UFFS;
2. Atendimento das demandas institucionais de serviços de adequação e manutenção elétrica e lógica;
3. Otimização dos estoques de materiais e equipamentos, que possuem uso mais esporádico, com muitas vezes alto valor e incerteza de que será necessária sua utilização ou não;
4. Estruturas elétricas e lógicas da instituição adequadas às atividades institucionais, principalmente no que diz respeito à segurança para uso das instalações da UFFS;
5. Minimizar gastos com manutenções corretivas, realizando periodicamente as manutenções preventivas dos sistemas em questão.



### 13. Providências a serem Adotadas

A contratação do objeto do presente estudo não prevê a necessidade de adequação no ambiente institucional onde será alocado /realizado o objeto/serviço ou de rotinas administrativas da Unidade Requisitante, tendo em vista contratos anteriores similares ao ora pretendido.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Impacto ambiental: geração de resíduos como plásticos, metais, papel, madeira e entulho e poluição do solo e da água se os resíduos não forem descartados corretamente - Medida de tratamento ou mitigadora: segregação de resíduos na fonte.

Impacto ambiental: contaminação do solo e das águas subterrâneas devido ao uso inadequado de produtos químicos - Medida de tratamento ou mitigadora: uso de produtos de limpeza e manutenção biodegradáveis e com baixo impacto ambiental.

Impacto ambiental: poluição sonora causada por atividades de manutenção, afetando a fauna e a qualidade de vida humana - Medida de tratamento ou mitigadora: planejamento de horários de trabalho para minimizar o impacto do ruído e instalação de barreiras acústicas, quando necessário.

É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço, bem como a administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

Além da indicação dos possíveis impactos ambientais gerados pela contratação e as respectivas medidas de tratamento ou de mitigação para minimizá-los, avaliar o ciclo de vida dos materiais a serem utilizados pela contratada, se pertinente.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A partir dos estudos técnicos preliminares, a Equipe de Planejamento da Contratação declara VIÁVEL a contratação pretendida, devendo prosseguir com a tramitação prevista.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DAIANE REGINA VALENTINI**

Gestor responsável pela Unidade

**MATHEUS TODESCATT**

Integrante da Equipe de Planejamento

**ITACIR CASARIN CAMELATTO**

Integrante da Equipe de Planejamento

**BRUNO CEZAR MONICH FREITAS**

Integrante da Equipe de Planejamento

**ROBERTO ROSEIRA**

Integrante da Equipe de Planejamento

**RONY RISTOW**

Integrante da Equipe de Planejamento

**FABRICIO BALESTRIN**

Integrante da Equipe de Planejamento

**EDSON ANTONIO SANTOLIN**

Integrante da Equipe de Planejamento

## Matriz de Gerenciamento de Riscos

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

14/2025

Responsável pela Edição

ITACIR CASARIN CAMELATTO

Data de Criação

19/02/2025 15:31

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de manutenções e adequações nas redes elétrica e lógica nos Campi Realeza e Laranjeiras do Sul.

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Licitação deserta	Nenhum proponente interessado comparece ou por ausência de interessados na licitação.	Planejamento	Administração	Baixo	

## Impactos

1

Os serviços associados podem sofrer atrasos significativos, pois a contratação de fornecedores ou prestadores de serviços é adiada, afetando diretamente a qualidade e a disponibilidade desses serviços para a comunidade acadêmica. O adiamento da contratação pode levar a um aumento nos custos do projeto devido a possíveis mudanças nas condições de mercado, inflação ou necessidade de retrabalho em procedimentos licitatórios.

## Ações Preventivas

P-01

Realizar um planejamento detalhado do processo licitatório, incluindo definição clara dos objetivos, escopo e requisitos do contrato, bem como análise de mercado para garantir que haja interesse por parte dos potenciais licitantes. Promover o diálogo com potenciais licitantes durante a fase de planejamento para entender melhor as necessidades do mercado e ajustar os termos da licitação de acordo com as capacidades e expectativas dos fornecedores. Garantir uma ampla divulgação do edital de licitação para alcançar o maior número possível de potenciais licitantes, utilizando diversos meios de comunicação e canais de divulgação. Realizar uma estimativa realista dos preços envolvidos no contrato, com base em dados de mercado e análise de custos, para evitar preços muito baixos que possam desencorajar os licitantes ou preços muito altos que afastem potenciais concorrentes.

**Responsáveis:** MATHEUS TODESCATT, ITACIR CASARIN CAMELATTO, BRUNO CEZAR MONICH FREITAS, ROBERTO ROSEIRA, RONY RISTOW, FABRICIO BALESTRIN, EDSON ANTONIO SANTOLIN

## Ações de Contingência

C-01

Analisar os requisitos do contrato e considerar ajustes que possam tornar a licitação mais atraente para os licitantes, como revisão de prazos, escopo ou condições de pagamento. Revisar o orçamento disponível para a contratação e considerar realocações de recursos ou busca por financiamento adicional, se necessário, para garantir a continuidade da contratação. Buscar aconselhamento de especialistas em contratação pública ou setores específicos para identificar soluções alternativas e estratégias para lidar com a situação. Monitorar de perto o progresso das ações de contingência adotadas e avaliar regularmente sua eficácia, fazendo ajustes conforme necessário para alcançar os objetivos do projeto.

**Responsáveis:** MATHEUS TODESCATT, ITACIR CASARIN CAMELATTO, BRUNO CEZAR MONICH FREITAS, ROBERTO ROSEIRA, RONY RISTOW, FABRICIO BALESTRIN, EDSON ANTONIO SANTOLIN

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Não manutenção das condições de habilitação pela imprudência ou irresponsabilidade da empresa vencedora do certame	Negligência, descuido, omissão, ou irresponsabilidade da empresa contratada.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	

## Impactos

1

Se a empresa contratada não conseguir manter as condições de habilitação, pode haver a paralisação ou interrupção dos serviços ou fornecimento de bens previstos no contrato, prejudicando a continuidade das operações governamentais. A falta de capacidade da empresa contratada pode levar a atrasos na entrega dos produtos ou na prestação dos serviços, afetando o cronograma e potencialmente causando prejuízos financeiros adicionais para a administração pública. A incapacidade da empresa contratada em manter as condições de habilitação pode comprometer a qualidade dos produtos ou serviços entregues, colocando em risco a satisfação do cliente e a eficácia das operações governamentais. Em casos graves, nos quais a empresa não consegue corrigir as deficiências em sua habilitação, a administração pública pode rescindir o contrato, o que pode resultar em litígios e custos associados à busca de uma nova empresa para assumir o contrato. A administração pública pode perder recursos financeiros investidos na contratação e execução do contrato com a empresa que não mantém as condições de habilitação, bem como em

possíveis processos de rescisão contratual e seleção de um novo fornecedor. A incapacidade de garantir a adequação e a competência dos contratados pode prejudicar a reputação da administração pública, minando a confiança dos cidadãos na capacidade do governo de gerir eficientemente os recursos públicos e cumprir seus compromissos contratuais. A administração pública pode ser responsabilizada legalmente por falhas decorrentes da contratação de uma empresa que não mantém as condições de habilitação, especialmente se isso resultar em prejuízos para terceiros ou violações de leis e regulamentos.

#### Ações Preventivas

P-01	Realizar uma análise rigorosa das capacidades técnicas, financeiras e operacionais das empresas concorrentes durante o processo de seleção, garantindo que apenas aquelas que atendam plenamente aos requisitos de habilitação sejam consideradas para contratação. Definir critérios de seleção claros e objetivos, alinhados com as necessidades do projeto e as exigências legais, para garantir que apenas empresas qualificadas sejam selecionadas. Exigir apresentação de documentos comprobatórios da habilitação das empresas concorrentes durante o processo licitatório e realizar uma verificação minuciosa desses documentos para garantir sua autenticidade e validade. Implementar um sistema de monitoramento contínuo durante a execução do contrato, a fim de garantir que a empresa contratada mantenha as condições de habilitação ao longo de todo o período contratual. Exigir que a empresa contratada mantenha sua documentação de habilitação atualizada e que informe imediatamente à administração pública sobre quaisquer alterações que possam afetar sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. Realizar auditorias e inspeções regulares nas instalações e operações da empresa contratada para verificar o cumprimento das condições de habilitação e a qualidade dos serviços ou produtos fornecidos. Promover uma cultura organizacional que valorize a transparência, a integridade e a conformidade com as normas legais e éticas, tanto por parte da administração pública quanto das empresas contratadas. Capacitar os agentes públicos responsáveis pela gestão dos contratos para que possam identificar e lidar adequadamente com situações em que uma empresa contratada não mantenha as condições de habilitação.	<b>Responsáveis:</b> MATHEUS TODESCATT, ITACIR CASARIN CAMELATTO, BRUNO CEZAR MONICH FREITAS, ROBERTO ROSEIRA, RONY RISTOW, FABRICIO BALESTRIN, EDSON ANTONIO SANTOLIN, DAIANE REGINA VALENTINI
------	--	---

#### Ações de Contingência

C-01	A administração pública pode notificar a empresa contratada sobre as deficiências identificadas em sua habilitação e conceder um prazo para que ela se adeque às exigências contratuais. Além disso, pode emitir advertências formais indicando as consequências do não cumprimento das condições de habilitação. Exigir que a empresa contratada apresente um plano de correção detalhado, descrevendo as medidas específicas que serão tomadas para resolver as deficiências em sua habilitação dentro do prazo estabelecido. Intensificar a supervisão e fiscalização das atividades da empresa contratada para garantir que ela esteja cumprindo as condições de habilitação e implementando as medidas corretivas conforme acordado. Se a empresa contratada não conseguir corrigir as deficiências em sua habilitação dentro do prazo estabelecido ou se as deficiências forem consideradas irreparáveis, a administração pública pode rescindir o contrato e buscar uma empresa substituta por meio de um novo processo licitatório ou negociação direta. Durante o processo de substituição da empresa contratada, a administração pública pode adotar medidas para garantir a continuidade dos serviços ou fornecimento de bens, como temporariamente assumir as atividades ou contratar fornecedores alternativos. Se o contrato incluir garantias contratuais, como caução ou seguro de desempenho, a administração pública pode acionar essas garantias para compensar os prejuízos decorrentes do não cumprimento das condições de habilitação pela empresa contratada. Avaliar a responsabilidade da administração pública no caso de não ter realizado uma avaliação adequada da habilitação da empresa contratada durante o processo de seleção e tomar as medidas apropriadas para evitar recorrências no futuro. Manter uma comunicação transparente com todas as partes interessadas, incluindo a empresa contratada, sobre as medidas que estão sendo tomadas para lidar com a situação e as expectativas para a resolução das deficiências em sua habilitação.	<b>Responsáveis:</b> MATHEUS TODESCATT, ITACIR CASARIN CAMELATTO, BRUNO CEZAR MONICH FREITAS, ROBERTO ROSEIRA, RONY RISTOW, FABRICIO BALESTRIN, EDSON ANTONIO SANTOLIN, DAIANE REGINA VALENTINI
------	---	---

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Prestação de serviços insatisfatória	Ineficiência na comunicação, mal dimensionamento de equipe e materiais, não cumprimento do cronograma, má qualidade do serviço executado, não observância das normas de segurança no trabalho e uso correto dos EPI's.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	

#### Impactos

1	A baixa qualidade dos serviços prestados pode resultar na insatisfação dos usuários e beneficiários dos serviços, afetando diretamente suas percepções em relação à Administração Pública. A incapacidade de fornecer serviços de qualidade pode minar a credibilidade e a confiança da administração pública perante o público e outras partes interessadas, como órgãos de fiscalização, parceiros comerciais e financiadores. A má qualidade dos serviços pode gerar um aumento significativo no número de reclamações recebidas pelos canais de atendimento ao cliente, ouvidorias e agências reguladoras, sobrecarregando os recursos e gerando custos adicionais para a administração pública. A administração pública pode ser responsabilizada legalmente por danos ou prejuízos causados pela prestação inadequada de serviços, sujeitando-se a processos judiciais, multas ou outras sanções legais. A baixa qualidade dos serviços pode resultar em atrasos na conclusão de projetos, retrabalho e custos adicionais para corrigir os problemas identificados, comprometendo o orçamento e a eficiência da instituição. A má qualidade dos serviços pode resultar em desperdício de recursos públicos, uma vez que os investimentos realizados na contratação e execução dos contratos não geram os resultados esperados em termos de benefícios para a população e alcance dos objetivos governamentais. A prestação inadequada de serviços
---	---

por parte de contratadas pode comprometer a capacidade da administração pública de cumprir suas obrigações e entregar serviços essenciais à comunidade acadêmica,

#### **Ações Preventivas**

P-01	Realizar uma seleção criteriosa dos fornecedores durante o processo de licitação, considerando não apenas o preço, mas também a qualidade dos serviços, a experiência e a reputação das empresas concorrentes. Incluir cláusulas contratuais que estabeleçam critérios claros de desempenho e qualidade dos serviços a serem prestados pela contratada, bem como mecanismos de monitoramento e avaliação do cumprimento desses critérios (IMR). Desenvolver termos de referência detalhados e específicos que descrevam claramente os serviços a serem prestados, os padrões de qualidade esperados, os prazos de entrega e outros requisitos relevantes para a execução do contrato. Definir indicadores de desempenho mensuráveis e objetivos que permitam avaliar o cumprimento dos serviços contratados pela empresa fornecedora, garantindo que as expectativas da administração pública sejam atendidas. Implementar um sistema eficaz de monitoramento e fiscalização da execução do contrato, com a designação de responsáveis pela supervisão das atividades da contratada e pela verificação do cumprimento dos termos contratuais. Manter uma comunicação transparente e aberta com a contratada, estabelecendo canais de diálogo que facilitem a resolução de eventuais problemas ou desafios que possam surgir durante a execução do contrato. Capacitar os agentes públicos responsáveis pela gestão dos contratos para que possam entender os requisitos contratuais, identificar problemas potenciais e tomar medidas proativas para garantir a qualidade dos serviços prestados. Realizar revisões periódicas do desempenho da contratada, avaliando o cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos e identificando áreas de melhoria que possam ser abordadas por meio de medidas corretivas ou preventivas. Promover uma cultura de melhoria contínua, incentivando a contratada a buscar constantemente formas de aprimorar seus processos, serviços e resultados, visando sempre à excelência e à satisfação do cliente.	<b>Responsáveis:</b> MATHEUS TODESCATT, ITACIR CASARIN CAMELATTO, BRUNO CEZAR MONICH FREITAS, ROBERTO ROSEIRA, RONY RISTOW, FABRICIO BALESTRIN, EDSON ANTONIO SANTOLIN, DAIANE REGINA VALENTINI
------	--	---

#### **Ações de Contingência**

C-01	Notificar formalmente a contratada sobre as deficiências identificadas nos serviços prestados e fornecer um prazo para que ela corrija os problemas e melhore o desempenho. Revisar o contrato existente com a contratada para identificar cláusulas ou disposições que possam ser acionadas em caso de prestação de serviços insatisfatórios, como penalidades por descumprimento ou rescisão do contrato. Se o contrato incluir garantias, como caução ou seguro de desempenho, a administração pública pode acionar essas garantias para compensar os prejuízos decorrentes da prestação insatisfatória de serviços. Avaliar a responsabilidade da contratada em relação à prestação de serviços insatisfatórios, investigando as causas subjacentes e determinando se houve negligência, má fé ou violação contratual por parte da empresa. Implementar medidas corretivas imediatas para resolver os problemas identificados nos serviços prestados, como realocação de recursos, reorganização de equipes ou revisão dos processos operacionais. Se a contratada não conseguir corrigir os problemas identificados ou se a relação de confiança estiver irremediavelmente comprometida, a administração pública pode buscar um fornecedor alternativo para assumir a prestação dos serviços. Manter uma comunicação transparente com as partes interessadas, incluindo usuários dos serviços, órgãos de controle e outras partes envolvidas, sobre as medidas que estão sendo tomadas para resolver os problemas e melhorar a qualidade dos serviços. Avaliar os processos de contratação e gestão de fornecedores da administração pública para identificar possíveis falhas ou lacunas que possam ter contribuído para a prestação insatisfatória de serviços e implementar medidas para evitar recorrências no futuro. Avaliar os danos ou prejuízos causados pela prestação insatisfatória de serviços e tomar as medidas necessárias para mitigar esses impactos, como compensação financeira para os usuários afetados ou reparação de danos materiais.	<b>Responsáveis:</b> MATHEUS TODESCATT, ITACIR CASARIN CAMELATTO, BRUNO CEZAR MONICH FREITAS, ROBERTO ROSEIRA, RONY RISTOW, FABRICIO BALESTRIN, EDSON ANTONIO SANTOLIN, DAIANE REGINA VALENTINI
------	---	---

## **4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos**

Nenhum acompanhamento incluído.

## **5. Responsáveis / Assinantes**

Equipe de Planejamento

**MATHEUS TODESCATT**

Membro da comissão de contratação

**ITACIR CASARIN CAMELATTO**

Membro da comissão de contratação

**BRUNO CEZAR MONICH FREITAS**

Membro da comissão de contratação

**ROBERTO ROSEIRA**

Membro da comissão de contratação

**RONY RISTOW**

Membro da comissão de contratação

**FABRICIO BALESTRIN**

Membro da comissão de contratação

**EDSON ANTONIO SANTOLIN**

Membro da comissão de contratação

**Equipe de Gestor/Fiscal do Contrato**

**DAIANE REGINA VALENTINI**

Autoridade competente





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815-899 (49) 2049-3119  
[seobras@uffs.edu.br](mailto:seobras@uffs.edu.br), [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

## MODELO - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

**Contrato nº: XXXXXXXX**

**Empresa contratada: XXXXX**

Pelo presente Termo de Recebimento Definitivo, dá-se por aceito todos os serviços apresentados no relatório técnico encaminhado pela fiscalização técnica que recebe provisoriamente os serviços executados pela empresa contratada. Os serviços foram recebidos provisoriamente em XX/XX/20XX e, de acordo com os relatórios circunstanciados para recebimento provisório, verificou-se ausência de pendências a serem solucionadas para o recebimento definitivo.

Também não fora apresentado qualquer impedimento para encaminhamento do pagamento dos serviços segundo relatório circunstanciado da fiscalização administrativa/setorial.

Este ato não exime a contratada da responsabilidade de reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no Art. 119 da Lei nº 14.133/21 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Ficam assegurados os direitos da contratante quanto à boa execução, tudo amparado nas normas, código civil, especialmente as responsabilidades decorrentes da Anotação ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART's ou TRT's dos serviços, de cada um dos profissionais e da empresa envolvida.

Nos termos do Art. 140, inciso I, alínea "b" da Lei nº 14.133/21, declara recebido definitivamente os serviços. Fica autorizada a emissão da nota fiscal no valor de R\$ XXXXXXXX referente a medição de nº XX encaminhada pela fiscalização.

Chapecó/SC, XX de YY de ZZ.

GESTOR DO CONTRATO

CARGO

<b>INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)</b>			
<b>Critério avaliado</b>	<b>Peso da avaliação</b>	<b>Avaliação (de 4 a 0)</b>	<b>Pontuação</b>
Eficiência na comunicação	1		0
Dimensionamento de equipe e materiais	2		0
Cumprimento do cronograma	2		0
Qualidade do serviço executado	3		0
Observância das normas de segurança no trabalho e uso correto dos EPI's	3		0
<b>Total</b>			<b>0</b>

Observação: Pontuação da avaliação – ótima – 4; boa – 3; regular – 2; insatisfatória – 1; péssima – 0.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
[www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

## DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_(nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
sediada \_\_\_\_\_(endereço), por intermédio  
de seu representante legal infra-assinado, e para os fins da **pregão eletrônico nº XX/2025**, declara  
que **vistoriou o local e que tem conhecimento de todas as informações e das condições locais  
para o cumprimento das obrigações** da contratação dos serviços de manutenções e adequações  
nas redes elétrica e lógica, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas no  
*Campus xxxxxx*, estando ciente das condições de execução do serviço, não podendo em hipótese  
alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos elaboração  
da proposta de preços apresentada.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal do licitante, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do servidor que acompanhou a vistoria)

## OU

\_\_\_\_\_(nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
sediada \_\_\_\_\_(endereço), por intermédio  
de seu representante legal infra-assinado, e para os fins da **pregão eletrônico nº XX/2025**, declara  
que **conhece o local e que tem conhecimento de todas as informações e das condições locais  
para o cumprimento das obrigações** da contratação dos serviços de manutenções e adequações  
nas redes elétrica e lógica, incluindo fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas no  
*Campus xxxxxx*, estando ciente das condições de execução do serviço, não podendo em hipótese  
alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos elaboração  
da proposta de preços apresentada.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal do licitante, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
[www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

**OU**

\_\_\_\_\_(nome da empresa), CNPJ nº\_\_\_\_\_,  
sediada\_\_\_\_\_(endereço), por intermédio  
de seu responsável técnico infra-assinado, e para os fins da **pregão eletrônico nº XX/2025**, declara  
que **possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação** dos serviços de  
manutenções e adequações nas redes elétrica e lógica, incluindo fornecimento de materiais,  
peças, insumos e ferramentas no *Campus xxxxxx*, estando ciente das condições de execução do  
serviço, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura  
existentes, para efeitos elaboração da proposta de preços apresentada.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Responsável **técnico** do licitante, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS - REALEZA/PR  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
MANUTENÇÃO ELÉTRICA

ORÇAMENTO ANALÍTICO

BASES DE DADOS UTILIZADAS:  
REFERÊNCIA SINAPI: 05/2025 PR (Sem Desoneração)  
REFERÊNCIA ORSE: Não utilizada!  
Última atualização em 17/06/2025 às 11:29:34

NÚMERO TOTAL DE LINHAS: 9  
TOTAL GERAL: R\$ 576.553,89  
DESCONTO EMPRESA: 0,000000%  
BDI DA OBRA: 25,52%  
BDI DE EQUIP.: 16,50%

OrcamentoUFFS 4.2.release.20250529

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	CUSTO UN.	CUSTO TOTAL	BDI	CUSTO TOTAL COM BDI	% ITEM
1			MANUTENÇÃO REALEZA			SUBTOTAL	R\$ 462.665,30		R\$ 576.553,89	100,0000%
1.1	C. PRÓPRIA	DI-C.3520	MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS SERVIÇOS	CJ	1,00	R\$ 416.094,04	R\$ 416.094,04	25,52%	R\$ 522.300,50	90,5901%
1.2	C. PRÓPRIA	DI-C.1032	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO	CJ	1,00	R\$ 46.571,26	R\$ 46.571,26	16,50%	R\$ 54.253,39	9,4099%
			SUBTOTAL ITEM: MANUTENÇÃO REALEZA				R\$ 462.665,30		R\$ 576.553,89	100,0000%
			TOTAL GERAL				R\$ 462.665,30		R\$ 576.553,89	100,00%



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS - LARANJEIRAS DO SUL/PR  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
MANUTENÇÃO ELÉTRICA

ORÇAMENTO ANALÍTICO

BASES DE DADOS UTILIZADAS:  
REFERÊNCIA SINAPI: 05/2025 PR (Sem Desoneração)  
REFERÊNCIA ORSE: Não utilizada!  
Última atualização em 17/06/2025 às 10:57:06

NÚMERO TOTAL DE LINHAS: 8  
TOTAL GERAL: R\$ 400.547,72  
DESCONTO EMPRESA: 0,000000%  
BDI DA OBRA: 27,10%  
BDI DE EQUIP.: 16,50%

OrcamentoUFFS 4.2.release.20250529

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	CUSTO UN.	CUSTO TOTAL	BDI	CUSTO TOTAL COM BDI	% ITEM
1			MANUTENÇÃO LARANJEIRAS			SUBTOTAL	R\$ 318.032,17		R\$ 400.547,72	100,0000%
1.1	C. PRÓPRIA	DI-C.3520	MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS SERVIÇOS	CJ	1,00	R\$ 283.534,97	R\$ 283.534,97	27,10%	R\$ 360.360,06	89,9668%
1.2	C. PRÓPRIA	DI-C.1032	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO	CJ	1,00	R\$ 34.497,20	R\$ 34.497,20	16,50%	R\$ 40.187,66	10,0332%
			SUBTOTAL ITEM: MANUTENÇÃO LARANJEIRAS				R\$ 318.032,17		R\$ 400.547,72	100,0000%
			TOTAL GERAL				R\$ 318.032,17		R\$ 400.547,72	100,00%

OrcamentouUFFS  
Base de composições do usuário

REFERÊNCIA SINAPI: 05/2025 PR (Sem Desoneração)  
REFERÊNCIA ORSE: Não utilizada!  
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO COMPLETA: 17/06/2025 às 11:28:32

CÓDIGO COMP. FONTE	CÓDIGO FONTE	DESCRIÇÃO COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE							
EE-C.2062	C. PRÓPRIA	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA		H			119,5000	9,3100	110,1900	0,0000	0,0000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3552	ELETRICISTA	H	1,000000	109,192868	109,192868	0,000000	109,192868	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95332	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,000000	1,000000	0,000000	1,000000	0,000000	0,000000
EE-C.3486	C. PRÓPRIA	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA		H			174,100000	9,310000	164,790000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3552	ELETRICISTA	H	1,500000	109,192868	163,789302	0,000000	163,789302	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95332	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,000000	1,000000	0,000000	1,000000	0,000000	0,000000
EE-C.3495	C. PRÓPRIA	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA		H			228,700000	9,310000	219,390000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3552	ELETRICISTA	H	2,000000	109,192868	218,385736	0,000000	218,385736	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95332	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,000000	1,000000	0,000000	1,000000	0,000000	0,000000
EE-C.2064	C. PRÓPRIA	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA		H			119,500000	9,310000	110,190000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3553	ELETROTÉCNICO	H	1,000000	109,142868	109,142868	0,000000	109,142868	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95334	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETROTÉCNICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,050000	1,050000	0,000000	1,050000	0,000000	0,000000
EE-C.3487	C. PRÓPRIA	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA		H			174,070000	9,310000	164,760000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3553	ELETROTÉCNICO	H	1,500000	109,142868	163,714302	0,000000	163,714302	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95334	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETROTÉCNICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,050000	1,050000	0,000000	1,050000	0,000000	0,000000

EE-C.3496	C. PRÓPRIA		ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA		H			228,650000	9,310000	219,340000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3553	ELETROTÉCNICO	H	2,000000	109,142868	218,285736	0,000000		218,285736	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95334	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETROTÉCNICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,050000	1,050000	0,000000	1,050000	0,000000	0,000000	0,000000
AL-C.2066	C. PRÓPRIA		ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA		H		171,290000	2,290000		169,000000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3554	ENGENHEIRO ELETRICISTA	H	1,000000	167,127444	167,127444	0,000000		167,127444	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43462	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,010000	0,010000	0,010000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43486	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,770000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95402	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,870000	1,870000	0,000000	1,870000	0,000000	0,000000	0,000000
EE-C.3488	C. PRÓPRIA		ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA		H		254,850000	2,290000		252,560000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3554	ENGENHEIRO ELETRICISTA	H	1,500000	167,127444	250,691166	0,000000		250,691166	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43462	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,010000	0,010000	0,010000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43486	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,770000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95402	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,870000	1,870000	0,000000	1,870000	0,000000	0,000000	0,000000
EE-C.3497	C. PRÓPRIA		ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA		H		338,410000	2,290000		336,120000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3554	ENGENHEIRO ELETRICISTA	H	2,000000	167,127444	334,254888	0,000000		334,254888	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43462	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,010000	0,010000	0,010000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43486	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,770000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95402	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,870000	1,870000	0,000000	1,870000	0,000000	0,000000	0,000000
EE-C.2067	C. PRÓPRIA		AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA		H		63,730000	9,310000		54,420000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3551	AUXILIAR DE ELETRICISTA	H	1,000000	53,654863	53,654863	0,000000		53,654863	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95316	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,000000	0,770000	0,000000	0,000000	0,000000
EE-C.3489	C. PRÓPRIA		AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA		H		90,560000	9,310000		81,250000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3551	AUXILIAR DE ELETRICISTA	H	1,500000	53,654863	80,482294	0,000000		80,482294	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95316	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,000000	0,770000	0,000000	0,000000	0,000000
EE-C.3498	C. PRÓPRIA		AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA		H		117,390000	9,310000		108,080000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3551	AUXILIAR DE ELETRICISTA	H	2,000000	53,654863	107,309726	0,000000		107,309726	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000



-----	I. SINAPI	37372		EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373		SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460		FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484		EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95316		CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,000000	0,770000	0,000000	0,000000
<b>DI-C.2846</b>	<b>C. PRÓPRIA</b>		<b>DESLOCAMENTO</b>		<b>H</b>		<b>60,700000</b>	<b>35,040000</b>	<b>0,000000</b>	<b>34,660000</b>	<b>0,000000</b>	
-----	C. SINAPI	92133		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - DEPRECIAÇÃO. AF_11/2015	H	1,000000	12,920000	12,920000	0,000000	0,000000	12,920000	0,000000
-----	C. SINAPI	92134		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - JUROS. AF_11/2015	H	1,000000	3,980000	3,980000	0,000000	0,000000	3,980000	0,000000
-----	C. SINAPI	92135		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_11/2015	H	1,000000	1,610000	1,610000	0,000000	0,000000	1,610000	0,000000
-----	C. SINAPI	92136		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - MANUTENÇÃO. AF_11/2015	H	1,000000	16,150000	16,150000	0,000000	0,000000	16,150000	0,000000
-----	C. SINAPI	92137		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_11/2015	H	1,000000	35,040000	35,040000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
<b>DI-C.3485</b>	<b>C. PRÓPRIA</b>		<b>VEÍCULO PARADO</b>		<b>H</b>		<b>18,510000</b>	<b>0,000000</b>	<b>0,000000</b>	<b>18,510000</b>	<b>0,000000</b>	
-----	C. SINAPI	92133		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - DEPRECIAÇÃO. AF_11/2015	H	1,000000	12,920000	0,000000	0,000000	12,920000	0,000000	
-----	C. SINAPI	92134		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - JUROS. AF_11/2015	H	1,000000	3,980000	0,000000	0,000000	3,980000	0,000000	
-----	C. SINAPI	92135		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_11/2015	H	1,000000	1,610000	0,000000	0,000000	1,610000	0,000000	
<b>DI-C.1029</b>	<b>C. PRÓPRIA</b>		<b>MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - INSTALADOS</b>		<b>CJ</b>		<b>125.914,850000</b>	<b>125.914,850000</b>	<b>0,000000</b>	<b>0,000000</b>	<b>0,000000</b>	
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.1022		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - INSTALADOS	CJ	1,000000	125.914,850000	125.914,850000	0,000000	0,000000	0,000000	
<b>DI-C.1032</b>	<b>C. PRÓPRIA</b>		<b>MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO</b>		<b>CJ</b>		<b>46.571,260000</b>	<b>46.571,260000</b>	<b>0,000000</b>	<b>0,000000</b>	<b>0,000000</b>	
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.1841		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO	CJ	1,000000	46.571,260000	46.571,260000	0,000000	0,000000	0,000000	
<b>DI-C.2079</b>	<b>C. PRÓPRIA</b>		<b>TAXAS E OUTROS SERVIÇOS</b>		<b>CJ</b>		<b>70.719,260000</b>	<b>0,000000</b>	<b>0,000000</b>	<b>0,000000</b>	<b>70.719,260000</b>	
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.1855		GUINDASTE, FRETE, TAXA DE ART, TERCEIROS, ETC	CJ	1,000000	70.719,260000	0,000000	0,000000	0,000000	70.719,260000	
<b>DI-C.3520</b>	<b>C. PRÓPRIA</b>		<b>MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS SERVIÇOS</b>		<b>CJ</b>		<b>416.094,040000</b>	<b>146.284,050000</b>	<b>173.002,730000</b>	<b>26.088,000000</b>	<b>70.719,260000</b>	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.2067		AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	265,000000	63,730000	16,880,450000	2,467,150000	14,421,300000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3489		AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA	H	132,500000	90,560000	11,990,200000	1.233,575000	10,765,625000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3498		AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA	H	132,500000	117,390000	15.554,175000	1.233,575000	14.320,600000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.2062		ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	265,000000	119,500000	31.667,500000	2.467,150000	29.200,350000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3486		ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA	H	132,500000	174,100000	23.060,250000	1.233,575000	21.834,675000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3495		ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA	H	132,500000	228,700000	30.302,750000	1.233,575000	29.069,175000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.2064		ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	100,000000	119,500000	11.950,000000	931,000000	11.019,000000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3487		ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA	H	50,000000	174,070000	8.703,500000	465,500000	8.238,000000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3496		ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA	H	50,000000	228,650000	11.432,500000	465,500000	10.967,000000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	AL-C.2066		ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	50,000000	171,290000	8.564,500000	114,500000	8.450,000000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3488		ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA	H	25,000000	254,850000	6.371,250000	57,250000	6.314,000000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3497		ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA	H	25,000000	338,410000	8.460,250000	57,250000	8.403,000000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	DI-C.2846		DESLOCAMENTO	H	240,000000	69,700000	16.728,000000	8.409,600000	0,000000	8.318,400000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	DI-C.3485		VEÍCULO PARADO	H	960,000000	18,510000	17.769,600000	0,000000	0,000000	17.769,600000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	DI-C.1029		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - INSTALADOS	CJ	1,000000	125.914,850000	125.914,850000	125.914,850000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. PRÓPRIA	DI-C.2079		TAXAS E OUTROS SERVIÇOS	CJ	1,000000	70.719,260000	70.719,260000	0,000000	0,000000	0,000000	70.719,260000

Anexo VII do TR - Planilha analítica LARANJEIRAS DO SUL

OrcamentoUFFS  
Base de composições do usuário

REFERENCIA SINAPI: 05/2025 PR (Sem Desoneração)  
REFERENCIA ORSE: Não utilizada!  
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO COMPLETA: 17/06/2025 às 10:57:01

CÓDIGO COMP. FONTE	CÓDIGO FONTE	DESCRIÇÃO COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE								
DI-C.3520	C. PRÓPRIA	MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS SERVIÇOS		CJ			283.534,9600	113.192,0000	87.564,9400	28.876,1600	53.901,8700	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.2067	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	200,000000	39,340000	7.868,000000	1.862,000000	6.006,000000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3489	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA	H	100,000000	53,970000	5.397,000000	931,000000	4.466,000000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3498	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA	H	100,000000	60,600000	6.060,000000	931,000000	5.929,000000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.2062	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	200,000000	70,810000	14.162,000000	1.862,000000	12.300,000000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3486	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA	H	100,000000	101,060000	10.106,000000	931,000000	9.175,000000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3495	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA	H	100,000000	131,310000	13.131,000000	931,000000	12.200,000000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.2064	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	75,000000	94,410000	7.080,750000	698,250000	6.382,500000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3487	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA	H	37,500000	136,440000	5.116,500000	349,125000	4.767,375000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3496	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA	H	37,500000	178,470000	6.692,625000	349,125000	6.343,500000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	AL-C.2066	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H	37,500000	196,700000	7.376,250000	85,875000	7.290,375000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3488	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA	H	18,750000	292,060000	5.493,000000	42,937500	5.450,062500	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	EE-C.3497	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA	H	18,750000	380,230000	7.298,062500	42,937500	7.255,125000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	DI-C.2846	DESLOCAMENTO	H	265,650000	60,700000	18.515,005000	0,308,376000	0,000000	0,207,429000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	DI-C.3485	VEÍCULO PARADO	H	###	18,510000	10.668,726000	0,000000	0,000000	19.668,726000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	DI-C.1029	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - INSTALADOS	CJ	1,000000	94.867,370000	94.867,370000	04.867,370000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	C. PRÓPRIA	DI-C.2079	TAXAS E OUTROS SERVIÇOS	CJ	1,000000	53.901,870000	53.901,870000	0,000000	0,000000	0,000000	53.901,870000	
DI-C.1032	C. PRÓPRIA	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO		CJ			34.497,200000	34.497,200000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.1841	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO	CJ	1,000000	34.497,200000	34.497,200000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
EE-C.2067	C. PRÓPRIA	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA		H			39,340000	9,310000	30,030000	0,000000	0,000000	
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3551	AUXILIAR DE ELETRICISTA	H	1,000000	29,259103	29,259103	0,000000	29,259103	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	43484	EPT - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	C. SINAPI	95316	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,000000	0,770000	0,000000	0,000000	
EE-C.3489	C. PRÓPRIA	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA		H			53,970000	9,310000	44,660000	0,000000	0,000000	
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3551	AUXILIAR DE ELETRICISTA	H	1,500000	29,259103	43,886655	0,000000	43,886655	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	43484	EPT - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	C. SINAPI	95316	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,000000	0,770000	0,000000	0,000000	
EE-C.3498	C. PRÓPRIA	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA		H			60,600000	9,310000	59,290000	0,000000	0,000000	
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3551	AUXILIAR DE ELETRICISTA	H	2,000000	29,259103	58,518206	0,000000	58,518206	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	43484	EPT - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	C. SINAPI	95316	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,000000	0,770000	0,000000	0,000000	
EE-C.2062	C. PRÓPRIA	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA		H			70,810000	9,310000	61,500000	0,000000	0,000000	
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3552	ELETRICISTA	H	1,000000	60,500386	60,500386	0,000000	60,500386	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,080000	0,080000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,860000	0,860000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	43484	EPT - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	C. SINAPI	95332	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,000000	1,000000	0,000000	1,000000	0,000000	0,000000	
EE-C.3486	C. PRÓPRIA	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA		H			101,060000	9,310000	91,750000	0,000000	0,000000	
-----	I. PRÓPRIO	EE-I.3552	ELETRICISTA	H	1,500000	60,500386	90,750578	0,000000	90,750578	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	

-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95332	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,000000	1,000000	0,000000	1,000000	0,000000	0,000000
EE-C.3495	C. PRÓPRIA		ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA	H			131,310000	9,310000	122,000000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-1.3552	ELETRICISTA	H	2,000000	60,500386	121,000771	0,000000	121,000771	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95332	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,000000	0,000000	0,000000	1,000000	0,000000	0,000000
EE-C.2064	C. PRÓPRIA		ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H			94,410000	9,310000	85,100000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-1.3553	ELETROTÉCNICO	H	1,000000	84,053847	84,053847	0,000000	84,053847	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95334	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETROTÉCNICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,050000	1,050000	0,000000	1,050000	0,000000	0,000000
EE-C.3487	C. PRÓPRIA		ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA	H			136,440000	9,310000	127,130000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-1.3553	ELETROTÉCNICO	H	1,500000	84,053847	126,000771	0,000000	126,000771	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95334	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETROTÉCNICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,050000	1,050000	0,000000	1,050000	0,000000	0,000000
EE-C.3496	C. PRÓPRIA		ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA	H			178,470000	9,310000	169,160000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-1.3553	ELETROTÉCNICO	H	2,000000	84,053847	168,107695	0,000000	168,107695	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37370	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	4,760000	4,760000	4,760000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,920000	0,920000	0,920000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43460	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43484	EPI - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	1,260000	1,260000	1,260000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95334	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETROTÉCNICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,050000	1,050000	0,000000	1,050000	0,000000	0,000000
AL-C.2065	C. PRÓPRIA		ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES E PERICULOSIDADE - HORISTA	H			196,700000	2,290000	194,410000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-1.3554	ENGENHEIRO ELETRICISTA	H	1,000000	192,535515	0,000000	0,000000	192,535515	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43462	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,010000	0,010000	0,010000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43486	EPI - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,770000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95402	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,870000	1,870000	0,000000	1,870000	0,000000	0,000000
EE-C.3488	C. PRÓPRIA		ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (50%) - HORISTA	H			292,960000	2,290000	290,670000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-1.3554	ENGENHEIRO ELETRICISTA	H	1,500000	192,535515	288,803273	0,000000	288,803273	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43462	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,010000	0,010000	0,010000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43486	EPI - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,770000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95402	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,870000	1,870000	0,000000	1,870000	0,000000	0,000000
EE-C.3497	C. PRÓPRIA		ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, PERICULOSIDADE E HORA EXTRA (100%) - HORISTA	H			389,230000	2,290000	386,940000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE-1.3554	ENGENHEIRO ELETRICISTA	H	2,000000	192,535515	385,071031	0,000000	385,071031	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	1,430000	1,430000	1,430000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43462	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,010000	0,010000	0,010000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. SINAPI	43486	EPI - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,000000	0,770000	0,770000	0,770000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	C. SINAPI	95402	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,000000	1,870000	1,870000	0,000000	1,870000	0,000000	0,000000
DI-C.2846	C. PRÓPRIA		DESLOCAMENTO	H			69,700000	35,040000	0,000000	34,660000	0,000000
-----	C. SINAPI	92133	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - DEPRECIACÃO. AF_11/2015	H	1,000000	12,920000	0,000000	0,000000	0,000000	12,920000	0,000000
-----	C. SINAPI	92134	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - JUROS. AF_11/2015	H	1,000000	3,980000	3,980000	0,000000	0,000000	3,980000	0,000000

-----	C. SINAPI	92135		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_11/2015	H	1,000000	1,610000	1,610000	0,000000	0,000000	1,610000	0,000000
-----	C. SINAPI	92136		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - MANUTENÇÃO. AF_11/2015	H	1,000000	16,150000	16,150000	0,000000	0,000000	16,150000	0,000000
-----	C. SINAPI	92137		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_11/2015	H	1,000000	35,040000	35,040000	35,040000	0,000000	0,000000	0,000000
DI-C.3485	C. PRÓPRIA		VEÍCULO PARADO		H			18,510000	0,000000	0,000000	18,510000	0,000000
-----	C. SINAPI	92133		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - DEPRECIAÇÃO. AF_11/2015	H	1,000000	12,920000	12,920000	0,000000	0,000000	12,920000	0,000000
-----	C. SINAPI	92134		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - JUROS. AF_11/2015	H	1,000000	3,980000	3,980000	0,000000	0,000000	3,980000	0,000000
-----	C. SINAPI	92135		CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_11/2015	H	1,000000	1,610000	1,610000	0,000000	0,000000	1,610000	0,000000
DI-C.1029	C. PRÓPRIA		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - INSTALADOS		CJ			94.867,370000	94.867,370000	0,000000	0,000000	0,000000
-----	I. PRÓPRIO	EE=I.1022		MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - INSTALADOS	CJ	1,000000	94.867,370000	94.867,370000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
DI-C.2079	C. PRÓPRIA		TAXAS E OUTROS SERVIÇOS		CJ			53.901,870000	0,000000	0,000000	0,000000	53.901,870000
-----	I. PRÓPRIO	EE=I.1055		GUINDASTE, FRETE, TAXA DE ART, TERCEIROS, ETC	CJ	1,000000	53.901,870000	53.901,870000	0,000000	0,000000	0,000000	53.901,870000

OrcamentoUFFS  
Base de insumos do usuário

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TIPO	CUSTO (R\$)	COTAÇÃO 1	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3	COTAÇÃO 4	COTAÇÃO 5	COTAÇÃO 6	DATA PESQ.
EE-I.1022	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - INSTALADOS	CJ	0	125.914,850	125.914,85						17/06/2025
EE-I.1841	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO	CJ	0	46.571,260	46.571,26						17/06/2025
EE-I.1855	GUINDASTE, FRETE, TAXA DE ART, TERCEIROS, ETC	CJ	3	70.719,260	70.719,26						17/06/2025
EE-I.3551	AUXILIAR DE ELETRICISTA	H	1	53,655	49,67	53,65	69,59				17/06/2025
EE-I.3552	ELETRICISTA	H	1	109,193	65,38	109,19	133,09				17/06/2025
EE-I.3553	ELETROTÉCNICO	H	1	109,143	105,16	109,14	156,94				17/06/2025
EE-I.3554	ENGENHEIRO ELETRICISTA	H	1	167,127	167,13	139,24	274,68				17/06/2025

OrcamentoUFFS  
Base de insumos do usuário

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TIPO	CUSTO (R\$)	COTAÇÃO 1	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3	COTAÇÃO 4	COTAÇÃO 5	COTAÇÃO 6	DATA PESQ.
EE-I.1022	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - INSTALADOS	CJ	0	94.867,370	94.867,37						17/06/25
EE-I.1841	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - MERO FORNECIMENTO	CJ	0	34.497,200	34.497,20						17/06/25
EE-I.1855	GUINDASTE, FRETE, TAXA DE ART, TERCEIROS, ETC	CJ	3	53.901,870	53.901,87						17/06/25
EE-I.3551	AUXILIAR DE ELETRICISTA	H	1	29,259	12,37	37,13		29,26			17/06/25
EE-I.3552	ELETRICISTA	H	1	60,500	16,76	64,43		60,50			17/06/25
EE-I.3553	ELETROTÉCNICO	H	1	84,054	21,63	84,05		91,92			17/06/25
EE-I.3554	ENGENHEIRO ELETRICISTA	H	1	192,536	98,68	192,54		271,21			17/06/25



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS  
MANUTENÇÃO ELÉTRICA – CAMPUS REALEZA  
CHAPECÓ/SC

**COMPOSIÇÃO ANALÍTICA – BDI  
OBRA**

**TIPO DE CONTRATAÇÃO**

Construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica

**OPÇÃO DE CÁLCULO DO BDI**

Não Desonerado

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de Percentual da base de cálculo para o ISS	40,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%)	3,00%

ITENS	SIGLAS	% ADOTADO
Administração Central	AC	5,92%
Seguro + Garantia	SG	0,51%
Risco	R	1,48%
Despesas Financeiras	DF	1,07%
Lucro	L	9,51%
Tributos (impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS variável de acordo com o município)	ISS	1,20%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (0% ou 4,5% - desoneração)	CPRB	0,00%

**BDI (Benefícios e despesas indiretas)**

<b>BDI ADOTADO (OBRA)</b>	=	$\frac{(1+AC+SG+R)(1+DF)(1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)}$	-	1	=	<b>25,52%</b>
---------------------------	---	--	---	---	---	---------------

**OBSERVAÇÕES**

Adotado percentual de lucro no 3º quartil tendo em vista dificuldades de atrair licitantes para este contrato.

Obs: Fórmula do BDI de acordo com o Acórdão do TCU 2622/2013.

CHAPECÓ/SC, sexta-feira, 14 de março de 2025

\_\_\_\_\_  
MATHEUS TODESCATT  
CREA 111551-1/SC



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS  
MANUTENÇÃO ELÉTRICA – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
CHAPECÓ/SC

**COMPOSIÇÃO ANALÍTICA – BDI  
OBRA**

**TIPO DE CONTRATAÇÃO**

Construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica

**OPÇÃO DE CÁLCULO DO BDI**

Não Desonerado

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de Percentual da base de cálculo para o ISS	47,52%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%)	5,00%

ITENS	SIGLAS	% ADOTADO
Administração Central	AC	5,92%
Seguro + Garantia	SG	0,51%
Risco	R	1,48%
Despesas Financeiras	DF	1,07%
Lucro	L	9,51%
Tributos (impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS variável de acordo com o município)	ISS	2,38%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (0% ou 4,5% - desoneração)	CPRB	0,00%

**BDI (Benefícios e despesas indiretas)**

<b>BDI ADOTADO (OBRA)</b>	=	$\frac{(1+AC+SG+R)(1+DF)(1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)}$	-	1	=	<b>27,10%</b>
---------------------------	---	--	---	---	---	---------------

**OBSERVAÇÕES**

Adotado percentual de lucro no 3º quartil tendo em vista dificuldades de atrair licitantes para este contrato.

Obs: Fórmula do BDI de acordo com o Acórdão do TCU 2622/2013.

CHAPECÓ/SC, sexta-feira, 14 de março de 2025

\_\_\_\_\_  
MATHEUS TODESCATT  
CREA 111551-1/SC





UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS  
MANUTENÇÃO ELÉTRICA - CAMPUS REALEZA  
CHAPECÓ/SC

**COMPOSIÇÃO ANALÍTICA - BDI  
EQUIPAMENTOS**

**TIPO DE CONTRATAÇÃO**

Fornecimento de materiais e equipamentos - aquisição indireta, junto com a licitação da obra

**OPÇÃO DE CÁLCULO DO BDI**

Não Desonerado

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de Percentual da base de cálculo para o ISS	0,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%)	0,00%

ITENS	SIGLAS	% ADOTADO
Administração Central	AC	3,45%
Seguro + Garantia	SG	0,48%
Risco	R	0,85%
Despesas Financeiras	DF	0,85%
Lucro	L	6,22%
Tributos (impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS variável de acordo com o município)	ISS	0,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (0% ou 4,5% - desoneração)	CPRB	0,00%

**BDI (Benefícios e despesas indiretas)**

<b>BDI ADOTADO (OBRA)</b>	=	$\frac{(1+AC+SG+R)(1+DF)(1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)}$	-	1	=	<b>16,50%</b>
---------------------------	---	--	---	---	---	---------------

**OBSERVAÇÕES**

Adotado percentual de lucro no 3º quartil tendo em vista dificuldades de atrair licitantes para este contrato.

Obs: Fórmula do BDI de acordo com o Acórdão do TCU 2622/2013.

CHAPECÓ/SC, sexta-feira, 14 de março de 2025

\_\_\_\_\_  
MATHEUS TODESCATT  
CREA 111551-1/SC



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS**  
**DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS**  
**MANUTENÇÃO ELÉTRICA – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL**  
**CHAPECÓ/SC**

**COMPOSIÇÃO ANALÍTICA – BDI**  
**EQUIPAMENTOS**

**TIPO DE CONTRATAÇÃO**

Fornecimento de materiais e equipamentos - aquisição indireta, junto com a licitação da obra

**OPÇÃO DE CÁLCULO DO BDI**

Não Desonerado

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de Percentual da base de cálculo para o ISS	0,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%)	0,00%

ITENS	SIGLAS	% ADOTADO
Administração Central	AC	3,45%
Seguro + Garantia	SG	0,48%
Risco	R	0,85%
Despesas Financeiras	DF	0,85%
Lucro	L	6,22%
Tributos (impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS variável de acordo com o município)	ISS	0,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (0% ou 4,5% - desoneração)	CPRB	0,00%

**BDI (Benefícios e despesas indiretas)**

<b>BDI ADOTADO (OBRA)</b>	=	$\frac{(1+AC+SG+R)(1+DF)(1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)}$	-	1	=	<b>16,50%</b>
---------------------------	---	--	---	---	---	---------------

**OBSERVAÇÕES**

Adotado percentual de lucro no 3º quartil tendo em vista dificuldades de atrair licitantes para este contrato.

Obs: Fórmula do BDI de acordo com o Acórdão do TCU 2622/2013.

CHAPECÓ/SC, sexta-feira, 14 de março de 2025

\_\_\_\_\_  
 MATHEUS TODESCATT  
 CREA 111551-1/SC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul , Chapecó-SC, CEP 89815- 899 (49) 2049-3119  
[seobras@uffs.edu.br](mailto:seobras@uffs.edu.br), [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

## RELATÓRIO DE VISTORIA

Nº do contrato:	Nº do chamado:
Contratada:	Data do relatório:
Obra/objeto:	

(ANEXAR FOTOS E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS)

---

Fiscal técnico  
Cargo e nº do SIAPE

---

Responsável da contratada



Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul , Chapecó-SC, CEP 89815- 899 (49) 2049-3119  
seobras@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

TOTAL GERAL:	R\$ 56.301,17
SALDO DO CONTRATO	R\$ 52.792,70
DESCONTO EMPRESA:	1,10%
BDI DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS:	31,47%
BDI DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS APLICADOS	28,61%
BDI DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS FORNECIDOS:	20,93%

				3ª MEDIÇÃO								
ITEM	FONTE			CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PREÇO UN. S/ DESCONTO	PREÇO UN. C/ DESCONTO	PREÇO TOTAL C/ DESCONTO	BDI	PREÇO TOTAL C/ DESCONTO E BDI
1					MÃO DE OBRA					R\$ 238,71		R\$ 313,83
1	1	C. PRÓPRIA	EE-C,2067		AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + PERICULOSIDADE	H	2,00	R\$ 24,20	R\$ 23,93	R\$ 47,87	31,47%	R\$ 62,93
1	2	C. PRÓPRIA	EE-C,2062		ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + PERICULOSIDADE	H	2,00	R\$ 33,28	R\$ 32,91	R\$ 65,83	31,47%	R\$ 86,54
1	3	C. PRÓPRIA	EE-C,2064		ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + PERICULOSIDADE	H		R\$ 34,55	R\$ 34,17	R\$ 0,00	31,47%	R\$ 0,00
1	4	C. SINAPI	91677		ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,50	R\$ 84,27	R\$ 83,34	R\$ 125,01	31,47%	R\$ 164,36
1	5	C. PRÓPRIA	EE-C,2066		ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + PERICULOSIDADE	H		R\$ 108,68	R\$ 107,48	R\$ 0,00	31,47%	R\$ 0,00

3				MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS			SUBTOTAL		R\$ 2.686,12		R\$ 3.531,45
---	--	--	--	------------------------------------	--	--	----------	--	--------------	--	--------------

[illegible][illegible][illegible]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815- 899 (49) 2049-3119  
[seobras@uffs.edu.br](mailto:seobras@uffs.edu.br), [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

## CRONOGRAMA

Nº do contrato:	Nº do chamado:
Contratada:	Data:
Obra/objeto:	

Serviço	Descrição do serviço	Data inicial dos serviços	Data final dos serviços
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

---

Fiscal técnico  
Cargo e nº do SIAPE

---

Responsável da contratada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS  
Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815- 899 (49) 2049-3119  
[seobras@uffs.edu.br](mailto:seobras@uffs.edu.br), [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

## RELATÓRIO DE MEDIÇÃO

Nº do contrato:	Nº do chamado:	Data inicial dos serviços:
Contratada:		Data final dos serviços:
Obra/objeto:		Data do relatório:

(ANEXAR FOTOS E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS)

---

Fiscal técnico  
Cargo e nº do SIAPE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SETOR DE INSTALAÇÕES ELETROMECÂNICAS E TELECOMUNICAÇÕES

**F9733 - RELATÓRIO CIRCUNSTÂNCIADO - EX. CONTRATUAL Nº 3 / 2025 - SIET (10.55.02.01)**

**Nº do Protocolo: 23205.015705/2025-97**

**Chapecó-SC, 16 de junho de 2025.**

**PARECER DO FISCAL DO CONTRATO**

I - Considerando os aspectos em que é possível à Administração empreender ação fiscalizatória;

II - Considerando que os descontos relativos ao descumprimento do ANS/IMR já constam no cálculo do valor do pagamento final da Nota Fiscal de Prestação de Serviço, os quais totalizaram R\$ .....

( ....fazer aqui todas as considerações que achar conveniente conforme o retrato dos itens fiscalizados....), e

III - Enfim, tudo somado e ponderado, **CONCLUO** pela regularidade da atuação da empresa no que toca ao cumprimento de suas obrigações contratuais, o que o faço na forma do artigo 67 da Lei 8.666/93 e da IN SEGES/MP nº 05/2017.

**OU**

Enfim, tudo somado e ponderado, **CONCLUO pela IRREGULARIDADE** da empresa, pelo que e foram tomadas as seguintes providências saneadoras: a) .....; b) .....; c) .....; d) .....; e)

Em relação à regularidade da nota fiscal, sobretudo no que concerne aos tributos e aos respectivos percentuais a serem retidos, REMETO ao setor financeiro, a quem caberá avaliar a regularidade para fins de pagamento e quitação do referido documento fiscal.

(Não Assinado)  
ITACIR CASARIN CAMELATTO  
FUNÇÃO INDEFINIDA  
SIET (10.55.02.01)  
Matrícula: 2133013

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp>  
informando seu número: **3**, ano: **2025**, tipo: **F9733 - RELATÓRIO CIRCUNSTÂNCIADO - EX. CONTRATUAL**, data de emissão: **16/06/2025** e o código de verificação: **d82c3947dd**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
SETOR DE INSTALAÇÕES ELETROMECÂNICAS E TELECOMUNICAÇÕES**

**F0335 - JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS - SEO Nº 4/2025 - SIET (10.55.02.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Chapecó-SC, 25 de julho de 2025.**

**ENQUADRAMENTO DO OBJETO**

**1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia**

O objeto da presente licitação constitui ( ) OBRA / (x) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

**1.2. Classificação como serviço comum ou especial**

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (x) COMUM / ( ) ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

é um serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

**REGIMES DE EXECUÇÃO**

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

(x) empreitada por preço unitário

( ) empreitada por preço global

( ) empreitada integral

( ) contratação por tarefa

( ) contratação integrada

( ) contratação semi-integrada

( ) fornecimento e prestação de serviço associado

Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com alto nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das "unidades" se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de minuciosas medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados. Havendo diferença entre os quantitativos inicialmente previstos nas planilhas orçamentárias e os quantitativos efetivamente necessários, a remuneração devida à contratada deverá ser ajustada (reduzida ou majorada) a fim de refletir os quantitativos reais.

**ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

No presente feito, o (x) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (x) engenharia, ( ) arquitetura ou ( ) técnico industrial, com a emissão da (x) ART, ( ) RRT ou ( ) TRT.



## DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

( ) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

( ) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

(x) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI,

( ) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

( ) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção):

( ) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos):

( ) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos)

## ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(x) foi/foram juntadas a(s) (x) planilha(s) sintética(s) e a(s) (x) planilha(s) analítica(s)

( ) NÃO foi/foram juntadas a(s) ( ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( ) planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(x) consta nos autos.

( ) NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(x) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

( ) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

## ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

( ) foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações;

(x) foram adotadas composições "adaptadas" do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(x) foram adotadas composições "próprias", extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

## ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

( ) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos ( ) INSUMOS e ( ) SERVIÇOS.

(x) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (x) INSUMOS e aos (x) SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

É um contrato sob demanda, portanto, não há previsão de gastos.

## ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência ( ) DESONERADOS ou (x) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (preencher, se necessário, para outras considerações):  
O preço base atualizado, conforme a tabela SINAPI 05/2025/PR (desonerado), é de R\$ 593.358,24 para o Campus Realeza e R\$ 414.175,04 para o Campus Laranjeiras do Sul, totalizando R\$ 1.007.533,28. Já o valor não desonerado é de R\$ 576.553,89 para o Campus Realeza e R\$ 400.547,72 para o Campus Laranjeiras do Sul, resultando em um total de R\$ 977.101,61.

## DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (x) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

Administração central: ( ) 1º quartil ou (x) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Seguro e garantia: ( ) 1º quartil ou (x) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Risco: ( ) 1º quartil ou (x) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Despesa financeira: ( ) 1º quartil ou (x) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Lucro: ( ) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou (x) 3º quartil: Adotado percentual de lucro no 3º quartil tendo em vista dificuldades de atrair licitantes para este contrato.

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

## BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, (x) SERÁ ou ( ) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa: há previsão de mero fornecimento de materiais no contrato.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

(x) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(x) foi adotado o parâmetro do ( ) 1º quartil ou ( ) médio ou (x) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

Adotado percentual de lucro no 3º quartil tendo em vista dificuldades de atrair licitantes para este contrato.

( ) foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

## ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

( ) FOI juntado aos autos

(x) NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

( ) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

( ) NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

## PROJETO EXECUTIVO

( ) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(x) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (x) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

## QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (x) CREA e/ou ao ( ) CAU e/ou ao (x) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

A obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66).

A obrigatoriedade de registro no CRT é prevista em legislação específica (Lei Federal 13.639/18).

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

( ) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional.

(x) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional para execução de instalações ou manutenções realizadas em subestação abrigada de média tensão com potência igual ou superior a 300 kVA, em atendimento às exigências de qualificação técnico-operacional previstas para o objeto desta licitação.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será ( ) ACEITO ou (x) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica: o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, por isso não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

( ) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(x) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional para execução de instalações ou manutenções realizadas em subestação abrigada de média tensão com potência igual ou superior a 300 kVA, em atendimento às exigências de qualificação técnico-profissional previstas para o objeto desta licitação.

## VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (x) FACULTATIVA ou ( ) OBRIGATÓRIA, e o licitante (x) PODERÁ ou ( ) NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica: A Lei n. 14.133, de 2021 determina que a o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 2º)

## SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado ( ) NÃO ADMITIU ou (x) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas: A subcontratação torna-se cabível, senão inevitável, quando o objeto licitado comporta uma execução complexa, em que algumas fases, etapas ou aspectos apresentam individualidade e são desempenhadas por terceiros especializados.

## DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de ( ) CAPITAL MÍNIMO ou (x) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (10) por cento sobre o valor total estimado da contratação, caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com base na seguinte justificativa técnica: por recomendação da SUCL.

## PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

( ) PERMITIDA a participação de consórcios. (Não é necessário justificar)

(x) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa: A experiência prática, alicerçada nas diversas manifestações da Corte de Contas - TCU, demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade.

## PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será ( ) VEDADA ou (x) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa: a participação de cooperativas será permitida desde que a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados – e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

## GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será ( ) EXIGIDA ou (x) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa: conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão n. 3.126/2012 – Plenário)

## DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(x) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(x) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(x) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(x) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

*(Não Assinado)*  
ITACIR CASARIN CAMELATTO  
FUNÇÃO INDEFINIDA  
SIET (10.55.02.01)  
Matrícula: ###330#3

**Processo Associado: 23205.011464/2025-15**

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **4**, ano: **2025**, tipo: **F0335 - JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS - SEO**, data de emissão: **25/07/2025** e o código de verificação: **fecf922570**



# Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC



Anexo XVII do TR - ART  
ART OBRA OU SERVIÇO

25 2025 9879793-2

Inicial  
Individual

## 1. Responsável Técnico

**MATHEUS TODESCATT**

Título Profissional: Engenheiro Eletricista

RNP: 2207730891

Registro: 111551-1-SC

Empresa Contratada: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Registro: C04120-9-SC

## 2. Dados do Contrato

Contratante: Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Endereço: AREA RURAL

Complemento: Rodovia SC 484

Cidade: CHAPECÓ

Valor: R\$ 10.000,00

Contrato:

Celebrado em:

Vinculado à ART:

Bairro: AREA RURAL DE CHAPECÓ

UF: SC

Ação Institucional:

Tipo de Contratante:

CPF/CNPJ: 11.234.780/0001-50

Nº: -

CEP: 89815-899

## 3. Dados Obra/Serviço

Proprietário: Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Endereço: AREA RURAL

Complemento: Rodovia SC 484

Cidade: CHAPECÓ

Data de Início: 17/06/2025

Finalidade:

Previsão de Término: 17/06/2025

Coordenadas Geográficas:

Bairro: AREA RURAL DE CHAPECÓ

UF: SC

CPF/CNPJ: 11.234.780/0001-50

Nº: -

CEP: 89815-899

Código:

## 4. Atividade Técnica

Dimensionamento

Orçamento

**Serviço técnico não cadastrado em distribuição de energia elétrica**

Dimensão do Trabalho:

1,00

Unidade(s)

## 5. Observações

Elaboração de BDI, de estimativa orçamentária e de quantitativos para manutenção e adequação elétrica (baixa e média tensão) e de telecomunicações dos campi Laranjeiras do Sul e Realeza da UFFS.

## 6. Declarações

Acessibilidade: Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) nesta ART não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

## 7. Entidade de Classe

AEAO - 6

## 8. Informações

- A ART é válida somente após o pagamento da taxa.
- Situação do pagamento da taxa da ART em 17/06/2025: TAXA DA ART A PAGAR
- Valor ART: R\$ 103,03 | Data Vencimento: 27/06/2025 | Registrada em:
- Valor Pago: | Data Pagamento: | Nosso Número:
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-sc.org.br/art](http://www.crea-sc.org.br/art).
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.
- Esta ART está sujeita a verificações conforme disposto na Súmula 473 do STF, na Lei 9.784/99 e na Resolução 1.025/09 do CONFEA.

## 9. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

CHAPECÓ - SC, 17 de Junho de 2025

MATHEUS TODESCATT  
012.156.070-83



CREA-SC  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia de Santa Catarina

Descrição de débitos

- PROFISSIONAL MATHEUS TODESCATT
- PROPRIETARIO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL U
- CONTRATANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL UFFS
- CNPJ CONTRATANTE: 11.234.780/0001-50
- LOCALIZACAO: AREA RURAL RODOVIA SC 484
- CIDADE: CHAPECO SC
- ART: 9879793-2 CREA-SC: 111551-1

Linha digitável

10490 51152 95002 150449 00027 464320 7 11250000010303

CREA-SC

104-0

Recibo do Sacado

Cedente CREA-SC   Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CNPJ 82.511.643/0001-64) Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Caixa Postal: 125 - CEP: 88034-001 - Itacorubi - Florianópolis / SC				Vencimento	27/06/2025
Nosso Número	140025040002746434	Número do Documento	498797932	Espécie Doc.	GUIA
				Data Documento	17/06/2025
(=) Valor Documento	103,03	(-) Deduções		(+) Acréscimos	
Sacado				Agência / Cod. Cedente 1011 / 051159-5	
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - (CNPJ 11.234.780/0001-50)					
				Autenticação Mecânica	

CAIXA

104-0

10490.51152 95002.150449 00027.464320 7 11250000010303

Local de Pagamento					Vencimento	27/06/2025
PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE						
Cedente CREA-SC   Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CNPJ 82.511.643/0001-64)					Agência / Cod. Cedente 1011 / 051159-5	
Data Documento	17/06/2025	Número do Documento	498797932	Espécie Doc.	GUIA	
				Aceite	N	
				Data Processamento	17/06/2025	Nosso Número 140025040002746434
Uso do Banco	Carteira RG	Esp. Moeda R\$	Quantidade	Valor Moeda	(=) Valor Documento 103,03	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):  Data/Hora Geração Boleto: 17/06/2025 15:23:00					(-) Descontos	
					(-) Outras Deduções	
					(+) Mora / Multa	
					(+) Outros Acréscimos	
					(=) Valor Cobrado	
Sacado					UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - (CNPJ 11.234.780/0001-50) RODOVIA SC484, KM 2, UFFS - FRONTEIRA SUL - CHAPECO - SC CEP: 89815899	
Sacador/Avalista					Ficha de Compensação	





**F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA N° 5/2025 - SIET (10.55.02.01)**

**(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 28/07/2025 14:33 )**

**BRUNO CEZAR MONICH FREITAS**

TECNICO EM ELETROTECNICA

ASSINFR - LS (10.42.10.05)

Matrícula: ###545#6

**(Assinado digitalmente em 28/07/2025 09:00 )**

**EDSON ANTONIO SANTOLIN**

COORDENADOR GERAL - TITULAR

ADM - RE (10.40.08)

Matrícula: ###800#9

**(Assinado digitalmente em 28/07/2025 08:31 )**

**FABRICIO BALESTRIN**

ENGENHEIRO-AREA

ASSINFR - RE (10.40.08.05)

Matrícula: ###730#5

**(Assinado digitalmente em 28/07/2025 15:05 )**

**ITACIR CASARIN CAMELATTO**

TECNICO EM ELETROTECNICA

SIET (10.55.02.01)

Matrícula: ###330#3

**(Assinado digitalmente em 28/07/2025 15:01 )**

**MATHEUS TODESCATT**

ENGENHEIRO-AREA

DMFO (10.55.02)

Matrícula: ###110#7

**(Assinado digitalmente em 28/07/2025 09:04 )**

**RONY RISTOW**

TECNICO EM ELETROTECNICA

ASSINFR - RE (10.40.08.05)

Matrícula: ###481#0

Visualize o documento original em <https://sipac.uffrs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 5,  
ano: 2025, tipo: **F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **14/07/2025** e o código de verificação:  
**089383496b**